



Instituto de Letras
Programa de Pós-Graduação em Língua e Cultura
Rua Barão de Jeremoabo, nº147 - CEP: 40170-290 - Campus Universitário Ondina Salvador-BA
Tel.: (71) 3263 - 6256 – Site: <http://www.ppglinc.letas.ufba.br/> E-mail: pgletba@ufba.br

ELAINE CABRAL DE CARVALHO

**A REALIZAÇÃO DO SUJEITO PRONOMINAL NO
PORTUGUÊS POPULAR DE SALVADOR**

Salvador
2017

ELAINE CABRAL DE CARVALHO

**A REALIZAÇÃO DO SUJEITO PRONOMINAL NO
PORTUGUÊS POPULAR DE SALVADOR**

Dissertação apresentada ao programa de Pós-Graduação em Língua e Cultura do Instituto de Letras da Universidade Federal da Bahia como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Letras.

Orientador: Prof. Dr. Alan Norman Baxter

Salvador
2017

*Quem conheceu a mente do Senhor? Ou quem
foi seu conselheiro? Pois dele, por ele e para
ele são todas as coisas. A ele seja a glória
para sempre! Amém.*

Rm 11.34,36

Agradecimentos

Não foi uma descoberta atual, mas algo que refleti muito nesse período foi o caminho, o meio das coisas. Ficamos sempre muito eufóricos pela conquista, mas ela é muito curta se comparada ao caminho até alcançá-la. Dessa maneira, não podemos negligenciar o fato de que vivemos mais de meios do que de fins, por isso, é preciso valorizar mais o percurso e buscar satisfação também nele. Até porque, mesmo enquanto chegada, estamos todos no caminho de alguma outra conquista. E é por quem me sustentou durante todo esse processo que o meu primeiro agradecimento é a Deus – meu Pai, refúgio e guia.

Agradeço também a minha tão amada família (Cândido, Clara, Moisés e Gabriela), que sentiu, torceu, me ajudou em todos os momentos e sempre resolveu muitas áreas da minha vida para que eu me dedicasse aos estudos.

A Alan Baxter, meu orientador, que, mesmo a distância e com muitas responsabilidades, me concedeu valiosas contribuições em forma de comentários, correções e sugestões de leituras.

A Lanuza, por não poupar esforços para me ajudar, lendo, corrigindo, me orientando com os dados e me incentivando em momentos de dificuldade extrema (esse agradecimento não é suficiente para demonstrar a importância dela no meu trabalho).

A Erick, que me ajudou em um capítulo desta dissertação - isto para exemplificar sua última contribuição, porque se eu fosse agradecê-lo por tudo, esta seção seria insuficiente. E aos demais e queridos amigos das Letras: Anderson, Mônica, Monique, Otto, Percília e Robert (em ordem alfabética para não ter problema), pelo companheirismo durante este período.

Aos colegas do curso de mestrado e, em especial, a Gracielle, que sempre me ajudou em dias e horários em que eu não poderia apelar para mais ninguém; a Ingrid, por digitalizar um material em um momento tão emergencial e a Danildo e Lorena, pela parceria em difíceis momentos.

Aos integrantes do Projeto Vertentes, pela constituição do *corpus* analisado neste trabalho e com os quais dividi momentos enriquecedores da minha vida.

Aos informantes das comunidades de Cajazeiras, Plataforma, Itapuã e Liberdade, sem os quais a realização desse trabalho não seria possível.

À FABESB, por ter financiado essa pesquisa.

Enfim, à UFBA por ter marcado a minha vida.

O real estado da língua é o das águas de um rio, que nunca param de correr e de se agitar, que sobem e descem conforme o regime de chuvas, sujeitas a se precipitar por cachoeiras, a se estreitar entre as montanhas e a se alargar pelas planícies.

(BAGNO, 2007, p. 36)

RESUMO

Muitos estudiosos buscam respostas para O *Parâmetro do Sujeito Nulo*, proposto por Rizzi, mas ainda não obtiveram todas as respostas. Por isso, a relevância do estudo no sentido de enriquecer as discussões correntes sobre o tema proposto. Realizada no âmbito do *Projeto Vertentes do Português Popular do Estado da Bahia* e seguindo os pressupostos da Sociolinguística Variacionista, esta pesquisa objetiva analisar a realização do sujeito pronominal no Português Popular de Salvador. O *corpus* analisado é formado por 48 entrevistas, divididas entre os bairros de Cajazeiras, Liberdade, Plataforma e Itapuã. Definiu-se como variável dependente a forma (realizada ou nula) do pronome sujeito. Como variáveis linguísticas, aparecem: *pessoa do discurso, desinência verbal, referência anterior ao sujeito, caracterização semântica do sujeito, tipo de frase, localização do sujeito pronominal em relação ao antecedente da sentença, topicalização do sujeito e presença de elemento à esquerda do verbo*. As variáveis sociais foram: *sexo, faixa etária, escolaridade, estada fora da comunidade e localidade*. Em cada inquérito, foram selecionadas 50 ocorrências de sujeito pronominal realizado ou nulo para compor a base de dados, que foram submetidas ao pacote de programas GoldVarbX para seu processamento quantitativo. Os resultados demonstram uma maior realização de sujeito pronominal 57,8% contra 42,2 de sujeito não realizado. Os resultados apontaram como fatores condicionadores para a realização do sujeito pronominal: *pessoa do discurso, tipo de frase, referência anterior ao sujeito, localização do sujeito pronominal em relação ao antecedente da sentença, presença de constituinte à esquerda do verbo na oração e a faixa etária*. Assim, o estudo contribui para as discussões acerca do parâmetro *pro-drop* e para o entendimento da realidade linguística brasileira com relação a um aspecto de sua gramática.

Palavras chave: Sujeito pronominal. Sociolinguística Variacionista. Português popular do Brasil. Contato entre línguas.

ABSTRACT

Many scholars have researched different aspects of Rizzi's Null-Subject Parameter proposal, with the result that inadequacies in the original proposal have led to newer formulations. The current sociolinguistic study follows aspects of the original formulation of the Null Subject Parameter hypothesis as studied by a number of researchers of Brazilian Portuguese, and investigates the sociolinguistic profile of the pronominal subject in a *corpus* of urban Brazilian Portuguese drawn from suburbs of Salvador, in the state of Bahia. The study was conducted within the framework of the Vertentes Project on Bahian Vernacular Portuguese and follows the assumptions of Variationist Sociolinguistics. The *corpus* analyzed comprises 48 interviews, distributed between the suburbs of Cajazeiras, Liberdade, Plataforma and Itapuã. The dependent variable studied is the form (realized or null) of the subject pronoun. Eight independent linguistic variables are evaluated: person, verbal inflection, previous reference to the subject, semantic characterization of the subject, type of sentence, localization of the subject pronoun in relation to its antecedent, topicalization of the subject and presence of elements to the left of the verb. The effects of four social variables are evaluated: gender, age group, schooling, periods spent outside the community, and locality. The data were submitted to the GoldVarbX program package for quantitative processing. The results demonstrate a greater pronominal performance of 57.8% versus 42.2% unrealized subject. The results identify as conditioning factors of the pronominal subject: person, type of sentence, reference previous to subject, position in relation to antecedent, presence of constituent to the left of the verb, and age group. Thus, the study contributes to the discussions about the pro-drop parameter and to the understanding of the Brazilian linguistic reality regarding an aspect of its grammar.

Key words: Pronominal subject. Variationist Sociolinguistics. Popular Brazilian Portuguese. Contact between languages.

LISTA DE QUADROS E GRÁFICOS

QUADROS

QUADRO 1: Divisão do tempo no Ensino Mútuo.....	28
QUADRO 2: Formas dos pronomes pessoais.	35
QUADRO 3: Pronomes pessoais no Português Brasileiro	36
QUADRO 4: Redução do paradigma da flexão verbal de pessoa e número no Português Brasileiro	43
QUADRO 5: Flexão verbal de pessoa e número no Português Popular Brasileiro.....	44

GRÁFICOS

GRÁFICO 1: A Realização do Sujeito Pronominal.	72
GRÁFICO 2: A Realização do Sujeito Pronominal, segundo a faixa etária dos informantes da zona urbana do Estado da Bahia em frequência.	87

LISTA DE TABELAS

TABELA 1: <i>Corpos</i> delimitado para o estudo.....	49
TABELA 2: Realização do sujeito pronominal no português popular de Salvador, segundo a variável <i>Pessoa do discurso</i> (nível de significância 0.018)	74
TABELA 3: Realização do sujeito pronominal no português popular de Salvador, segundo a variável <i>Tipo de frase</i> (nível de significância 0.018).	76
TABELA 4: Realização do sujeito pronominal no português popular de Salvador, segundo a variável <i>Referência anterior ao sujeito</i> (nível de significância 0.018).....	78
TABELA 5: Realização do sujeito pronominal no português popular de Salvador, segundo a variável <i>Localização do sujeito pronominal em relação ao antecedente da sentença</i> (nível de significância 0.018).....	80
TABELA 6: Realização do sujeito pronominal no português popular de Salvador, segundo a variável <i>Presença de constituinte à esquerda do verbo na oração</i> (nível de significância 0.018)	82
TABELA 7: Realização do sujeito pronominal no português popular de Salvador, segundo a variável <i>Faixa etária</i> (nível de significância 0.018).	85
TABELA 8: Realização do sujeito pronominal no português popular de Salvador, segundo a variável <i>Desinência número-pessoal do verbo</i>	87
TABELA 9: Realização do sujeito pronominal no português popular de Salvador, segundo a variável <i>Sexo</i>	88
TABELA 10: Realização do sujeito pronominal no português popular de Salvador, segundo a variável <i>Escolaridade</i>	89
TABELA 11: Realização do sujeito pronominal no português popular de Salvador, segundo a variável <i>Estada fora da comunidade</i>	89
TABELA 12: Realização do sujeito pronominal no português popular de Salvador, segundo a variável <i>Localidade</i>	90

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	13
1 O PORTUGUÊS BRASILEIRO	16
1.1 O CONTATO ENTRE LÍNGUAS PARA A FORMAÇÃO DO PORTUGUÊS BRASILEIRO.....	16
1.2 A POLARIZAÇÃO SOCIOLINGÜÍSTICA DO PORTUGUÊS BRASILEIRO	20
1.3 A TRANSMISSÃO LINGÜÍSTICA IRREGULAR.....	22
1.4 A LÍNGUA PORTUGUESA E O FATOR ESCOLARIZAÇÃO.....	25
2 A REALIZAÇÃO DO SUJEITO PRONOMINAL.....	34
2.1 OS PRONOMES E A TRADIÇÃO GRAMATICAL.....	34
2.1.1 Pronomes sob a perspectiva da gramática descritiva	36
2.2 A REALIZAÇÃO DO SUJEITO PRONOMINAL	37
2.2.1 O parâmetro do sujeito nulo.....	38
2.2.2 O parâmetro do sujeito nulo no Português do Brasil.....	41
3 TEORIA E MÉTODO	46
3.1 TEORIA.....	46
3.1.1 A sociolinguística variacionista	46
3.1.2 Variação e mudança	48
3.2 MÉTODO	48
3.2.1 O Projeto Vertentes	48
3.2.2 O <i>corpus</i> da pesquisa	49
3.2.3 A coleta e a preparação dos dados	50
3.3 FATORES CONDICIONADORES LINGÜÍSTICOS E SOCIAIS	51
3.3.1 A variável dependente	51
3.3.2 O condicionamento linguístico	52
3.3.2.1 Pessoa do sujeito.....	52
3.3.2.2 Desinência número-pessoal do verbo	53
3.3.2.3 Caracterização semântica do sujeito.....	54
3.3.2.4 Tipo de frase	55
3.3.2.5 Referência anterior ao sujeito	57
3.3.2.6 Referencialidade da ocorrência anterior	57

3.3.2.7 Localização do sujeito pronominal em relação ao antecedente da sentença	58
3.3.2.8 Topicalização.....	60
3.3.2.9 Presença de constituinte à esquerda do verbo na oração	61
3.3.3 O condicionamento social	62
3.3.3.1 Sexo	62
3.3.3.2 Faixa Etária.....	63
3.3.3.3 Escolaridade.....	64
3.3.3.4 Estada fora da comunidade.....	64
3.3.3.5 Localidade	65
4 RESULTADOS	71
4.1 VARIÁVEL DEPENDENTE.....	71
4.1.1 Dados descartados	72
4.1.2 Resultados da variável dependente.....	72
4.2 VARIÁVEIS LINGÜÍSTICAS EXPLANATÓRIAS	73
4.2.1 Pessoa do discurso	74
4.2.2 Tipo de frase.....	76
4.2.3 Referência anterior ao sujeito	77
4.2.4 Localização do sujeito pronominal em relação ao antecedente da sentença.	79
4.2.5 Presença de constituinte à esquerda do verbo	81
4.3 VARIÁVEIS SOCIAIS	83
4.3.1 Faixa etária.....	84
4.4 VARIÁVEIS NÃO SELECIONADAS PELO GOLDVARBX COMO ESTATISTICAMENTE RELEVANTES PARA A REALIZAÇÃO DO SUJEITO PRONOMINAL	86
4.4.1 Variável explanatória	86
4.4.1.1 Desinência Verbal	86
4.4.2 Variáveis sociais.....	87
4.4.2.1 Sexo	87
4.4.2.2 Escolaridade.....	88
4.4.2.3 Estada fora da comunidade.....	89
4.4.2.4 Localidade	90
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	92

REFERÊNCIAS 95

INTRODUÇÃO

A formação da língua portuguesa, no Brasil, está diretamente ligada à história do país. Mattos e Silva (2004c) afirma que o português popular brasileiro deve o seu formato atual à maneira como foi adquirido e, conseqüentemente, difundido por todo o território brasileiro. E a autora ainda aponta os africanos e afrodescendentes como os principais difusores deste português vernacular.

Pode-se afirmar que, até o século XVI, o território brasileiro era caracterizado pela cultura e língua indígena, ao longo do litoral. Contudo, soma-se a essa realidade linguística o contato maciço com o português do colonizador e as línguas africanas.

A massa africana escravizada, chegada ao Brasil, e seus descendentes tiveram de aprender a língua portuguesa, na oralidade, sem normatização escolar. Deu-se, então, uma aprendizagem de segunda língua de maneira precária que constitui um dos componentes da *Transmissão Linguística Irregular* (LUCCHESI; BAXTER; RIBEIRO, 2009, p. 101). Com base em Baxter (1995), a TLI (Transmissão Linguística Irregular) pode ser entendida como um processo histórico de contato massivo entre línguas, no qual a língua detentora do poder político é tida como modelo para as demais.

A realidade linguística, acima mencionada, resultou em dois pólos: o primeiro sendo o grupo de falantes que domina a língua de forma plena e com base escolar, e o segundo grupo que aprende a língua sem a intervenção da escola. Essa realidade, a qual Lucchesi (2001) chamou de polarizada, indica que o português brasileiro é constituído pela norma culta e pela norma popular. Contudo, há uma interação social no Brasil que permite a comunicação natural entre falantes do português popular e do português culto, o que justifica a heterogeneidade social do português brasileiro.

A língua portuguesa, detentora de duas variantes, na sua variante popular, deve as suas características inovadoras, em geral, simplificadoras, à forma como foi aprendida pela massa populacional predominantemente ao longo do período colonial, com base em modelos divergentes, influenciados por variedades de L2 (segunda língua). E um dos aspectos gramaticais relacionados às duas normas é o fenômeno do sujeito pronominal, que pode ser realizado ou nulo, e que motiva o interesse do presente estudo.

Assim, este trabalho busca investigar o fenômeno, precisamente, na população urbana/suburbana de Salvador. Com isso, espera-se observar a possível implementação da mudança

em direção ao sujeito foneticamente realizado e as variáveis linguísticas e sociais que o condicionam.

O trabalho se insere no quadro da Sociolinguística Variacionista, que compreende que toda mudança implica um período de variação passível de sistematização e, uma vez implementada, produz reflexos no sistema linguístico e social, isto é, propicia o aparecimento de outras estruturas associadas a ela de forma não acidental.

No primeiro capítulo dessa dissertação, é apresentado o contato entre línguas para a formação do português brasileiro. Em seguida, são elucidados os conceitos de *transmissão linguística irregular* e da *polarização sociolinguística*. E, na última seção, é apresentada a via de escolarização estabelecida no Brasil, bem como a aplicação de alguns dos seus métodos de ensino.

No segundo capítulo, são apresentadas abordagens à descrição e classificação linguística dos pronomes, tanto da gramática normativa, quanto da descritiva para se observar as diferenças do quadro pronominal encontradas nelas. O capítulo, ainda, apresenta uma síntese aprofundada do fenômeno estudado – *A Realização do Sujeito Pronominal* – e traz pequenas contribuições de demais trabalhos com o mesmo tema no português afrorural, no português dos interiores e da norma culta.

O terceiro capítulo aborda a metodologia do trabalho, que está amparada na Sociolinguística Variacionista. Os *corpora* estão inseridos no *Projeto Vertentes* e são formados por falantes nascidos nas comunidades de Liberdade, Cajazeiras, Itapuã e Plataforma. Foram estratificados segundo as variáveis *sexo* e *faixa etária*, sendo estabelecidas três faixas: Faixa I (25-35 anos); Faixa II (45-55 anos); Faixa III (mais de 65 anos). No mais, foram controladas as variáveis sociais *escolaridade* (diferenciando-se falantes analfabetos e semi-analfabetos) e *estada fora da comunidade* (com a distinção entre falantes que nunca viveram fora da comunidade e falantes que estiveram fora por um período de até seis meses).

As variáveis linguísticas consideradas na pesquisa foram: *pessoa do discurso*, *desinência verbal*, *referência anterior ao sujeito*, *caracterização semântica do sujeito*, *tipo de frase*, *localização do sujeito pronominal em relação ao antecedente da sentença*, *topicalização do sujeito* e *presença de elemento à esquerda do verbo*. Finalmente, para o processamento quantitativo dos dados, foi utilizado o pacote de programas GoldVarb X para quantificar os dados e realizar a análise estatística dos mesmos.

No quarto e último capítulo, apresentam-se os resultados obtidos e a discussão dos mesmos. Assim, as variáveis estudadas são apresentadas conforme a sua relevância estatística,

contemplando primeiro as variáveis linguísticas e, depois, as variáveis sociais (ou extra-linguísticas).

Adiante, serão apresentados se, em Salvador, o fenômeno estudado é mais realizado ou nulo, bem como os resultados com as tabelas, mostrando frequência e peso relativo para cada variável estudada. Assim, a realização deste trabalho justifica-se no enriquecimento da discussão sobre a natureza do tema proposto, que se diferencia por sua abordagem empírica. Ademais, pode vir a contribuir como instrumento de descrição e análise do português popular falado no Brasil, na caracterização do português brasileiro.

1 O PORTUGUÊS BRASILEIRO

Este capítulo destina-se à apresentação de alguns dados históricos importantes para a compreensão da realização do sujeito pronominal. A seção 1.1 traz o contato entre línguas para a formação do Português Brasileiro. Em seguida, na seção 1.2, a *polarização sociolinguística* que há no Brasil. Na seção 1.3 é apresentada a *Transmissão linguística Irregular*. E, na seção 1.4, é apresentada a língua portuguesa e o fator escolarização, a fim de se observar como o contato linguístico, no passado, refletiu no processo de escolarização no país.

1.1 O CONTATO ENTRE LÍNGUAS PARA A FORMAÇÃO DO PORTUGUÊS BRASILEIRO

A história da formação do Brasil representa um patrimônio cultural de grande importância porque traz elementos importantes para a compreensão da formação linguística brasileira. Assim, é sabido, de acordo com os primeiros cronistas e historiógrafos do Brasil, que, no século XVI, ao longo do litoral brasileiro, predominavam povos indígenas do tronco tupi, sobretudo, da família tupi-guarani, havendo uma certa homogeneidade cultural e linguística. Nesse período, houve o cruzamento entre os colonizadores portugueses, na sua grande maioria homens, com as mulheres indígenas.

Na comunicação entre portugueses e indígenas e, eventualmente, entre indígenas de diferentes troncos linguísticos, desenvolveram-se variedades de língua de contato, baseadas em línguas do tronco tupi, e coletivamente chamadas de *língua geral*. Aryon Rodrigues distingue duas *línguas gerais*: a paulista e a amazônica (cf. MATTOS E SILVA, 2004b). Assim, essa língua foi o meio de comunicação adotado pelos portugueses para obter a força de trabalho indígena inicialmente na extração do pau-brasil e posteriormente no cultivo da cana-de-açúcar, do tabaco e do algodão.

De acordo com Lucchesi, Baxter, Ribeiro (2009, p. 43), a oposição do índio ao trabalho forçado se dava, principalmente, pelo trabalho agrícola, pois na sua cultura nômade extravista ocupava uma posição subalterna, sendo entregue às mulheres e crianças. Dessa forma, a resistência do índio ao trabalho agrícola, associado às campanhas contra a escravidão

indígena movidas pelos jesuítas, fez com que fosse necessário buscar outra fonte de mão de obra para os engenhos de cana de açúcar que começaram a se instalar no Nordeste brasileiro. Assim, o sequestro e transporte de populações africanas, sem qualquer preocupação humanitária, forneceu a força de trabalho para a implementação da cultura agroexportadora do açúcar, apogeu durante o século XVII. Vê-se, então, que os grandes lucros proporcionados pelo tráfico de escravos africanos para servirem aos senhores de engenho foi maior do que qualquer consciência de humanidade.

No Nordeste como um todo, se desenvolveu a cultura agroexportadora da cana-de-açúcar, do algodão e do tabaco. A cultura de algodão se difundiu nos territórios dos atuais Estados do Ceará, Paraíba, no alto sertão da Bahia e de Minas Gerais e, especialmente, no Maranhão, que, apesar da grande presença indígena, recebeu muitos escravos africanos, por causa da já referida resistência cultural indígena ao trabalho forçado e às campanhas do padre Antônio Vieira em seu favor. Porém, foi certamente a lavoura da cana-de-açúcar a que ganhou maior notoriedade nos primeiros séculos do período colonial.

Ainda de acordo com os autores supracitados, o tráfico negreiro converteu-se num empreendimento econômico tão valioso que se prolongou por mais de três séculos até a sua extinção. A historiografia sobre a escravidão no Brasil define as áreas africanas de onde procederam os africanos escravizados e, sobre os grandes ciclos do tráfico – guiné, Congo-Angola, sudanesa. É possível que os primeiros escravos africanos tenham tido contato com a *língua geral*, mas, com a redução da presença indígena na zona açucareira, os escravos, desde cedo, passaram a ter contato com o português.

O século XVII foi marcado pela crescente presença de negros brasileiros, em relação aos africanos. Na casa-grande, nas grandes propriedades rurais, encontravam-se os escravos domésticos, que, mesmo possuindo uma maior proficiência em português, não deixavam de influenciar a língua de seus senhores – principalmente, pela ação das amas que participavam diretamente da criação dos filhos do seu senhor, impregando-lhes a língua com as marcas de sua aquisição imperfeita.

Quanto a presença de línguas africanas, Mattos e Silva (2004b) relata que o percentual de falantes banto foi sempre superior durante o período do tráfico. Isso nos faz entender porque os itens lexicais de origem banto se registram com mais anterioridade no português do Brasil.

É possível afirmar que a expansão da língua portuguesa no Brasil, até início do século XVIII, ocorria de forma paralela à expansão da sociedade açucareira do Nordeste, através da

fala dos colonos portugueses e, sobretudo, através das variedades defectivas de português adquiridas pelos escravos africanos e transmitidas para os seus descendentes crioulos.

Chegando ao século XVIII, o avanço da língua portuguesa no território brasileiro foi ainda maior com a descoberta das jazidas de ouro e pedras preciosas em Minas Gerais. Supõe-se que, no decorrer deste século, pelo menos trezentos mil portugueses tenham vindo para o Brasil em busca de rápido enriquecimento (cf. LUCCHESI; BAXTER; RIBEIRO, 2009, p. 48). O tráfico negreiro, nesse período, também se orientou para as demandas de mão de obra cada vez maiores para a mineração. E, para completar, os senhores de engenho vendiam os seus escravos, pois já estavam decadentes e de todo o país apareciam aventureiros em busca de fortuna fácil.

Em meados do século XVIII, emergiu, no governo administrativo de Portugal, uma figura que revolucionou a nação em diversas áreas: Sebastião José de Carvalho e Melo, o Marquês de Pombal. No que diz respeito à educação, foi o responsável por uma grande reforma no ensino de todo o reino português. Em 28 de junho de 1759, foi publicado um Alvará que expulsou os jesuítas e também oficializou a língua portuguesa no Brasil (NUNES, 2006, p. 71).

O ato de expulsão da Companhia de Jesus deixou o reino português sem um sistema educacional, pois essa instituição foi por mais de duzentos anos o principal agente de escolarização de Portugal e todos os seus domínios (MATTOS E SILVA, 2004c). Nesta época, então, foram outorgados vários decretos, realizados concursos públicos para a contratação de professores, até mesmo fornecendo títulos de nobreza àqueles que fossem selecionados, sendo feita, assim, uma verdadeira reforma educacional.

A reforma dos estudos não ocorreu de imediato, mas ficou subordinada a algumas iniciativas da coroa portuguesa. O Marquês de Pombal fez uma reforma em que um dos objetivos era a remodelação dos métodos educacionais vigentes pela introdução da filosofia moderna e das ciências da natureza em Portugal (CARVALHO, 1952, p.13 *apud* NUNES, 2006, p. 83). No mesmo ano da expulsão dos jesuítas, 1759, o Marquês publicou, em 28 de junho de 1759, instruções para professores que visavam a adoção de livros em língua vernácula, na tentativa de, dessa maneira, estimular os alunos para o estudo da língua portuguesa (NUNES, 2006, p. 84).

Déspota esclarecido, Pombal aplicou uma nova metodologia a ser adotada nos estudos secundários. Esta baseava-se nos escritos pedagógicos e ideológicos de Quintiliano, Locke, Rollin Fénelon, além de Verney:

Em Gramática Latina, em vez de se focalizar o estudo da língua, como nos Jesuítas, estudava-se a cultura clássica, a “latinidade”; retomavam-se os cânones estéticos de clareza, simplicidade, racionalidade e economia do classicismo pré-jesuítico dos séculos XV e XVI (daí o padrão neoclássico característico do período pombalino). O estilo clássico tal como foi praticado pelos Jesuítas entre os séculos XVI e XVII foi considerado como uma deturpação. Propôs-se um novo método mais resumido, simplificado (passou-se de cerca de 250 para apenas cerca de 15 regras de sintaxe) e indireto (via língua vernácula) de aprender latim. A Gramática da língua portuguesa passou a ser ensinada também nas aulas de latim. E, na América portuguesa, foi proibido o uso da língua geral, o tupi [...] Foram proibidos os livros dos jesuítas (Arte Latina do Padre Manoel Álvares e a Prosódia de Bento Pereira). (NUNES, 2006, p. 85)

Assim, com a reforma de Pombal a língua portuguesa deveria ser adotada nas escolas, na administração governamental etc., e foi proibido o uso das *línguas gerais*, tão largamente usadas no período jesuítico.

Para Lucchesi, Baxter, Ribeiro (2009, p. 48) o ciclo do ouro gerou uma grande onda migratória vinda de Portugal, o que certamente favoreceu a difusão da língua portuguesa no Brasil, aumentando o acesso dos escravos à língua dominante. Portanto, esses processos sociodemográficos podem explicar bem mais o retrocesso da *língua geral* no século XVIII do que a tão propalada reforma pombalina e a expulsão dos jesuítas do Brasil. O avanço da língua portuguesa no território brasileiro, seja na variedade defectiva, falada pelos escravos africanos e seus descendentes crioulos – dá-se primeiramente sobre uma base socioeconômica, com a expansão das lavouras de açúcar no século XVII. O centro urbano mais beneficiado com a atividade mineira foi o Rio de Janeiro, que passou a ser o maior porto importador de escravos do país. Esse crescimento da vida urbana na Colônia também favoreceu a expansão do português em suas variedades mais normatizadas.

No século XIX, a ida da Corte Portuguesa para o Rio de Janeiro, que constituía a elite política e cultural da época, foi um importante destaque para o impacto demográfico. A vinda da Corte desdobrou-se em um processo de mudanças políticas, econômicas, reforço sociolinguístico e sociais que culminou na independência política do Brasil, em 1822. Mudanças como a abertura dos portos, a criação da Biblioteca Nacional, Banco do Brasil ocorreram nesse período.

A Inglaterra passou a pressionar diretamente o governo brasileiro, após a independência política. Isso depois de ter obrigado Portugal a cessar suas atividades com o tráfico de escravos por suas ideias liberais e humanitárias, mas também preocupada em ampliar os mercados consumidores que a Revolução Industrial exigia. Acontece, posteriormente, a abolição da escravidão, contudo, é importante ressaltar que o tráfico clandestino continuou por um bom tempo.

De acordo com Mattos e Silva (2004c), essa massa africana escravizada e seus descendentes tiveram de aprender a língua dominante da colonização, na oralidade, sem normatização escolar: a portuguesa. Considera-se que só os escravos domésticos se tornam bilíngues e seus filhos criados na primeira infância com os do senhor aprendem melhor o português e empobrecem o seu conhecimento em relação à língua africana dos pais.

Ainda segundo a autora, no século XIX, o primeiro recenseamento geral do Brasil, em 1872, pouco antes da abolição, indica que 99.9% da população escrava era de analfabetos. Chegamos assim à segunda década do século vinte com 75% de analfabetos.

Lucchesi, Baxter, Ribeiro (2009, p. 52) afirmam que as implicações sociolinguísticas são claras quando observados os destinos dos ex-escravos. Alguns dedicaram-se a uma cultura de subsistência, após receberem doações de terra, ficando à margem da zona urbana. Contudo, mais marginalizados ainda foram os que abandonaram as grandes fazendas e se deslocaram ainda mais para o interior. Se se dirigiam para as cidades, os ex-escravos eram mantidos nas periferias, onde eram marginalizados também. E pode-se ainda imaginar que, nos casos mais radicais das comunidades mais isoladas, continuariam em uso de variedades crioulistas do português.

Dessa forma, a grande maioria da população ex-escrava foi totalmente separada da vida institucional ou de qualquer cidadania. Essas foram as condições objetivas para a *polarização sociolinguística* do Brasil, que será explicada na próxima seção.

1.2 A POLARIZAÇÃO SOCIOLINGUÍSTICA DO PORTUGUÊS BRASILEIRO

A *polarização sociolinguística* no Brasil, segundo Lucchesi (2002, p. 63), indica que, no português brasileiro, convivem normas vernáculas - ou o português popular brasileiro, e normas cultas - ou o português culto brasileiro - dos que atingem a escolaridade de nível mais alto.

A proposta de uma *polarização sociolinguística* foi formatada por Lucchesi, mas essa ideia já foi esboçada, na década de 1950, por Serafim da Silva Neto (*apud* LUCCHESI, 2002, p. 88). Dessa forma, há basicamente duas correntes com relação aos fenômenos linguísticos variáveis no português não-padrão do Brasil. Uma entende que a principal causa da divergência é o contato entre línguas na formação deste português. A outra considera que

esses fenômenos têm origem, unicamente, na noção de uma deriva secular das línguas indo-européia em geral, e das línguas românicas em particular (cf. NARO; SCHERRE, 2007).

Lucchesi (2001) afirma que, desde o início da colonização até 1808, se observava a dualidade linguística entre a nata social, composta de brancos e mestiços que ascenderam, e a plebe, descendente dos índios, negros e mestiços da colônia.

A elite colonial era bastante conservadora, buscando preservar ao máximo os padrões de cultura e de língua vindos da Metrópole. Enquanto uma parte da população se mantinha na cidade, a outra parte estabeleceu suas raízes no interior do nosso país, para onde se dirigiu a maior parte da população no período colonial. Assim, o português era difundido, não pela fala de uma aristocracia de altos funcionários ou de ricos comerciantes, mas pela fala da plebe dos colonos pobres.

Essas duas tendências demográficas, para Lucchesi (2003), seriam os dois vetores da *polarização sociolinguística* do Brasil: de um lado, uma norma culta derivada dos padrões linguísticos da elite da Colônia e do Império; e de outro, as variedades populares do português brasileiro, resultantes do contato entre línguas, através do processo de *transmissão linguística irregular* (confira seção a seguir). E a compreensão desse cenário polarizado é de suma importância para a interpretação da atual realidade linguística brasileira.

A industrialização e a urbanização foram os principais fatores para transformar o Brasil em um país capitalista e monopolista (cf. LUCCHESI, 2001). Já no plano linguístico, o êxodo rural promoveu a conversão de uma ampla variação diatópica em uma profunda variação diastrática (cf. BORTONI-RICARDO, 2005, p. 33).

A mudança para o trabalho assalariado foi maior impulsionada pela vinda de diversos imigrantes para o Brasil, entre o final do século XIX e o início do século XX. Esses indivíduos, em sua maioria, segundo Lucchesi, Baxter, Ribeiro (2009, p. 55), ingressaram na base da pirâmide social brasileira, em trabalhos considerados braçais. Dessa forma, o modelo mais acessível de que dispunham para a aquisição do português era o proveniente dos capatazes e dos trabalhadores braçais locais, que, em sua maioria, eram ex-escravos africanos. Ou seja, o português que esses imigrantes – italianos, japoneses, alemães, etc. – aprenderam, ao chegar ao Brasil, era o português popular, com as suas devidas modificações decorrentes do processo de *transmissão linguística irregular* (confira seção abaixo) por qual este havia passado. Contudo, em função de seu *background cultural*, esses imigrantes ascenderam, rapidamente, na estrutura social, fazendo esse “transporte” e levando para a norma culta algumas das estruturas populares que haviam adquirido em seu contato inicial com o português.

Pode-se notar, assim, o caminho através do qual certos processos de variação e mudança, gerados pelo contato maciço do português com línguas indígenas e africanas, puderam penetrar nas camadas médias e altas, generalizando-se no português brasileiro como um todo. Por outro lado, ocorreram, também, ao longo do século XX, significativas mudanças no panorama cultural e linguístico das camadas mais baixas da população, em função do grande processo de urbanização da sociedade brasileira, e da crescente influência da cidade sobre o campo através da televisão, do rádio, ou pelo contato direto, proporcionado pelas modernas condições de transporte, ou mesmo através do precário sistema de ensino público. Assim, a Revolução Industrial, bem como o processo de urbanização vieram para esmaecer essa polarização, nivelando um pouco essas duas normas (popular e culta).

Lucchesi (2015, p. 88-89) conclui, então, que o século XX foi marcado por dois fenômenos de importantes consequências linguísticas: a migração das populações de pequenas cidades e zonas rurais para os centros urbanos e a difusão dos meios de comunicação de massa. Instala-se, nesses centros, o padrão tradicional de redução flexional da própria língua pela situação de contato entre dialetos diferentes e a pressão do prestígio da norma culta, intermediada pela ação da escola, dos meios de comunicação e do *status* das classes mais prósperas. Então, é possível afirmar que a interação social no Brasil permite o trânsito entre falantes do português popular e do português culto, gerando essa *polarização sociolinguística*, que justifica a afirmativa da heterogeneidade social do português brasileiro.

1.3 A TRANSMISSÃO LINGUÍSTICA IRREGULAR

Como já mencionado no início do capítulo, o contato entre línguas é uma constante em toda a história da sociedade brasileira, mas esse processo ganhou maiores dimensões entre o século XV ao XIX com o período da colonização. Assim, o processo de escravidão de grandes contingentes de africanos foi de suma importância para desencadear processos de *transmissão linguística irregular*. Dessa forma, estima-se que cerca de dez milhões de indivíduos teriam sido escravizados na África e levados para o continente americano durante o período do tráfico negreiro (cf. LUCCHESI, 2003, p. 272). E é possível afirmar que todas as línguas crioulas formadas no continente americano têm a sua origem na escravização de populações africanas.

Nesse contexto histórico de escravidão, é estabelecida a situação sociolinguística propícia para a formação de uma língua crioula: um grupo de falantes adultos de várias línguas sem o conhecimento linguístico mútuo são postos em contato com uma língua de um grupo dominante que passa a ser utilizada em situações de comunicação emergencial.

Essa situação pode levar ao surgimento de uma língua totalmente nova sendo esta, inclusive, ininteligível para os falantes monolíngues das línguas originais. Na verdade, eles utilizam um vocabulário muito modificado foneticamente, com uma gramática nova. Esta é formada por um processo que envolve parcial aquisição L2 da língua dominante (a colonial) – principalmente do léxico referencial da língua colonial - e transferências gramaticais e semânticas das línguas maternas do povo dominado, mas também envolve criação de estruturas. A criação se dá tanto na fase de ‘L2 de emergência’ quanto na fase de ‘L1’ crioulo. Essa língua, que não é língua materna de nenhum dos seus falantes, é definida como uma língua *pidgin*. Quando as crianças que nascem nessa situação de contato adotam o *pidgin* como língua materna, surge, então, a língua *crioula*.

Segundo Winford (2003), o *pidgin* refere-se a um gênero especial de língua reduzida que se forma quando grupos de falantes de línguas diversas mantêm um contato prolongado e precisam se comunicar dentro de um domínio restrito: tal como a escravidão, o comércio, as viagens de reconhecimento. As restrições sociais impedem o processo normal de aprendizagem de uma segunda língua e nenhum grupo aprende perfeitamente a língua do outro grupo. Assim, os diversos grupos criam uma língua de emergência. A criação de uma língua *pidgin*, geralmente, reduz bastante as complicações gramaticais, tais como a flexão e as regras de concordância. Já o crioulo, ainda segundo o autor, é uma língua nativa que surge em circunstâncias especiais que conduzem à aquisição de primeira língua com base num modelo de segunda língua básica, usada na intercomunicação emergencial.

A *transmissão linguística irregular* seria um conceito mais amplo do que o de *pidginização/crioulização* (cf. LUCCHESI, 2001). Isto porque ela engloba tanto os processos de mudança advindos do contato entre línguas através dos quais uma determinada língua sofre alterações muito profundas na sua estrutura, do que resulta o surgimento de uma língua nova denominada *pidgin* ou *crioulo*. Assim, essa redução na estrutura gramatical da língua alvo é devida a:

- i.o complicado acesso dos falantes das outras línguas aos modelos da língua alvo, especialmente, nas situações em que os falantes dessa língua alvo são inferiores numericamente aos falantes das outras línguas;

- ii.a circunstância de os falantes dessas outras línguas serem, em sua grande maioria, adultos, dificultando o período natural de aquisição da língua materna;
- iii.a ausência de uma ação normatizadora, que oriente e restrinja o processo de aquisição/nativização, já que esse processo tem como objetivo, simplesmente, estabelecer a comunicação com o novo código; sem que os falantes das outras línguas tenham a preocupação de falar como os falantes nativos da língua alvo¹.

Contudo, os processos históricos de contato entre línguas são bastante variáveis em termos de seus parâmetros sócio-demográficos e étno-linguísticos. Por isso, a relevância de se pensar o contato entre línguas nos termos mais amplos de um processo de *transmissão linguística irregular*, e não somente nos processos de pidginização e/ou criouliização. Somente um conceito mais totalizante como o tal pode dar conta de determinados processos históricos, como os que se deram, por exemplo, durante a colonização do continente americano, em que línguas como o espanhol, o português e o inglês sofreram significativas alterações em seus padrões de uso ao serem assimiladas por contingentes de falantes de outras línguas (indígenas e africanas), sem que tais processos tenham resultado na formação de línguas *pidgins* e crioulas.

Dessa forma, o resultado da *transmissão linguística irregular* pode não ser a formação de um sistema linguístico distinto da língua alvo (um pidgin ou um crioulo), mas antes uma nova variedade dessa língua alvo que não deixa de apresentar certas características do processo de transmissão defectiva que se deu com a nativização entre os segmentos de falantes das outras línguas e seus descendentes.

Sendo assim, pode-se definir as principais características do processo de *transmissão linguística irregular* da seguinte maneira:

- i.desaparecimento, ou ampla variação no uso, de morfologia flexional e de palavras gramaticais de significado mais abstrato;
- ii.gramaticalização de itens lexicais para preencher as lacunas na estrutura linguística; e
- iii.mudança dos valores dos parâmetros sintáticos em função de valores não marcados, que não implicam, entre outros aspectos, em movimentos aparentes na estruturação da sentença².

¹ LUCCHESI, Dante. O conceito de transmissão linguística irregular. Disponível em <http://www.vertentes.ufba.br/a-transmissao-linguistica-irregular>. Acesso em 02 de fev. de 2017.

² LUCCHESI, Dante. O conceito de transmissão linguística irregular. Disponível em <http://www.vertentes.ufba.br/a-transmissao-linguistica-irregular>. Acesso em 02 de fev. de 2017.

A diferença entre os casos de *transmissão linguística irregular* mais leves e os casos típicos de criouliização e pidginização estaria, *em grosso modo*, situada no grau de intensidade desses processos de mudança. Nos processos típicos de criouliização, ocorreria uma perda muito radical da morfologia flexional tanto do nome como do verbo, e das regras de concordância a elas associadas.

É importante saber que a grande diferença entre os crioulos considerados mais típicos e as variedades populares formadas em situações de contato entre línguas é que, na gramática dos crioulos, além deles não apresentarem regras de concordância e flexão verbal, notam-se estruturas originais: marcadores de número, partículas de tempo, modo e aspecto, etc –, resultantes do processo de gramaticalização e/ou das transferências das línguas de substrato (cf. LUCCHESI; BAXTER; RIBEIRO, 2009, p. 122). Enquanto que a estrutura gramatical das variedades populares do português do Brasil é destacada por um grande quadro de variação, sobretudo, na morfossintática.

Em suma, pode-se afirmar que, em todo processo de *transmissão linguística irregular* ocorre, em algum grau, não-transmissão de morfologia flexional e de regras de concordância nominal e verbal da língua lexificadora. Nos casos de criouliização, essa perda tende a ser total; já nos casos de uma *transmissão linguística irregular* mais leve, não podemos pensar em um quadro de eliminação em níveis tão categóricos, mas na formação de um quadro de variação conforme cada caso. Essa segunda análise adequa-se bem à situação observada atualmente no português do Brasil, fazendo com que o conceito de *transmissão linguística irregular* ocupe uma posição importante nas análises acerca da formação histórica da realidade linguística brasileira (cf. LUCCHESI; BAXTER; RIBEIRO, 2009, p. 124).

1.4 A LÍNGUA PORTUGUESA E O FATOR ESCOLARIZAÇÃO

Após compreender a relevância do contato entre as línguas indígena, africana, portuguesa e de imigrantes para a formação do português brasileiro, e explicadas a *polarização sociolinguística* e a *transmissão linguística irregular*, tão importantes para elucidar a nossa atual conjectura linguística, surge a necessidade de se conhecer melhor a via de escolarização aqui estabelecida, bem como a aplicação de alguns dos seus métodos de ensino.

No século XIX, no período imperial, houve uma preocupação de se estender a escola a vários recantos do território brasileiro. Isso foi estabelecido pelo Decreto de 15 de outubro de 1827, que criou escolas públicas de primeiras letras, em todas as localidades mais populosas do país. Já no que diz respeito a Bahia, houve a criação de escolas no Recôncavo e o incentivo à contratação de novos professores, como atesta o artigo abaixo:

Art. 6º - Ficam conservadas as duas escolas já existentes na vila da Cachoeira e se criam mais quatorze, que todas serão colocadas desta forma: duas na povoação da mesma cidade, sendo uma para meninas; uma na Muritiba; uma em Belém; uma na Cruz das Almas; uma no povoado da freguesia de São Gonçalo dos Campos; uma no da Capela das Mercês; uma no da dos Humildes; uma no da Conceição da Feira; uma no arraial da Feira de Santa Ana; uma no arraial do Pedrão; uma em Santo Estevão de Jacuípe; uma em Santana do Camisão e uma na freguesia de S. Tiago de Iguape. Os Professores e Mestras destas escolas vencerão o ordenado de trezentos mil réis, à exceção do professor e mestre da povoação da vila de Cachoeira que vencerão quinhentos mil réis. (COLEÇÃO, 1874, p. 6)

A partir dos estudos das leis do Império do Brasil (cf. COLEÇÃO, 1874, p. 6), pode-se perceber que até o ano de 1832 houve o cumprimento da lei de 1827. Sabe-se que antes havia somente duas escolas masculinas nos dois principais centros da cidade. Porém, com a lei de 1827, ocorreu a expansão, atingindo outros centros populacionais daquela região, além de criar escolas femininas, já que a educação mista não era tão comum naquela época.

As medidas propostas no decreto de 1827 visavam à implementação do *Monitorial system* ou *méthode mutuelle*, nome adotado na França (STEPHANOU; BASTOS, 2005, p. 36), intitulado no Brasil como Método Lencasteriano, ou Método de Ensino Mútuo. Este método surgiu para suprir o déficit deixado pela saída dos Jesuítas, com a falta de professores capacitados, e também por ele ser muito comum na Europa.

Certamente preocupado com a escassez de professores capacitados, o imperador, em 22 de agosto deste mesmo ano de 1825, baixou a decisão nº 182, mandando promover nas Províncias a introdução e o estabelecimento de Escolas públicas de primeiras letras pelo Método Lencasteriano (ou de ensino mútuo, feito por alunos mais adiantados ou monitores, que lecionam a colegas menos preparados sob a supervisão do professor. O pedagogo inglês Joseph Lancaster o propagou na América). (NUNES, 2008 p. 130).

Contextualizando, é possível afirmar, segundo Bastos e Farias Filho (1999, p. 97 e 102), que o método foi aprimorado por J. Lancaster. Este possuía uma escola que promovia, de forma gratuita, instrução a crianças carentes em Londres e contava com oitocentos meninos e trezentas meninas no ano de 1798. Para a redução de custos com a contratação de professores, Lancaster decidiu dividir a escola em várias classes, colocando em cada uma um monitor que estava subordinado diretamente ao professor. Em seguida, percebeu que era possível aplicar instrução a muitos alunos com apenas um professor.

De acordo com José Carlos Silva (2008, p. 56-57), os métodos de estudo comuns da época podiam ser divididos em:

- Método Individual – o qual consistia em fazer ler e escrever cada aluno separadamente, um após o outro; o professor, nesse método, dedicava poucos minutos a cada estudante. O método individual era para o professor incumbido de três, quatro ou cinco alunos: “deve este methodo de ensino ser absolutamente excluído das escolas, que contiverem pelo menos trinta discípulos”. (PORTELLA, 1868, p. 9);
- Método Simultâneo – instruía e dirigia, simultaneamente, todos os alunos. Os alunos eram divididos de maneira mais ou menos homogênea, de acordo com o grau de instrução. O método simultâneo seria utilizado em toda escola composta de trinta a cem alunos;
- Método Mútuo – os mais velhos auxiliariam o professor, sendo repetidores das lições expostas pelo mestre. O método do ensino mútuo devia ser usado nas escolas que possuíssem de 100 a 300 alunos, apesar de, segundo os autores, existirem professores capazes de ministrar aula até a 500 alunos, o que os mesmos consideram exceção à regra.

O Método Individual era considerado pouco produtivo e moroso, pois o professor assentava-se em uma extremidade da sala, chamava um menino, abria o livro e lhe mandava ler duas ou três frases, que acompanhava com algumas pancadas ou palmatoadas, e logo passava a outro. Cada discípulo trazia da sua casa um livro particular; um Velho Testamento, etc.

As crianças, enviadas aos seus bancos, em vez de estudarem a lição da tarde ou da manhã seguinte, perturbavam a ordem e se divertiam entre si. No meio da confusão, o professor, com um olho no livro diante de si aberto e outro na escola, continuava as suas lições individuais de dois ou três minutos, tudo sempre a poder de pancadas (PORTELLA, 1868, p. 4). Como seria possível que assim o menino no fim de cinco ou seis anos, soubesse ler e escrever? “Que emulação podia haver em uma escola por tal modo guiada, e na qual nenhuma comparação se podia estabelecer entre progressos diários?”.

A diferença do Método Mútuo para o Método Simultâneo é que, no primeiro, o professor ministra os conteúdos apenas aos monitores, já no segundo ele ensinava diretamente aos alunos.

Segundo José Carlos Silva (2008, p. 58), os meios de disciplinas utilizadas em uma escola eram os seguintes:

- I. Decuriões gerais e de carteiras: os primeiros controlavam a entrada e saída dos alunos e a inspeção dos decuriões de carteiras. Os segundos ministravam o ensino aos alunos;
- II. Registros concernentes aos nomes e comportamento dos alunos, chamada etc;
- III. Divisão do tempo e das matérias de ensino.

No Ensino Simultâneo, a ordem de aula acontecia da seguinte maneira:

- I. Às duas horas recitação do catecismo;
- II. A quinta classe aproxima-se do professor trazida pelo decurião; os discípulos recitam a lição de catecismo. Enquanto a quarta vem substituí-la, volta a quinta, e vai dar princípio ao desenho linear. Segue-se a mesma marcha com todas as outras classes;
- III. Às tres horas manda o professor vir à sua carteira a quinta divisão, examina o que ela tem desenhado, dá alguns conselhos, faz algumas correções, e manda organizar os discípulos em redor da pedra grande, onde lhes explica o desenho, que traçam com o giz. (PORTELLA, 1868, p. 27).

No Ensino Mútuo a divisão de tempo acontecia da seguinte forma:

Quadro 1: Divisão do tempo no Ensino Mútuo

Classe da manhã

Das 9h às 10h – Leitura nas decurias;

Das 10h às 11h – Escripta nas carteiras;

Das 11h às 12h – Arithmetica nas decurias.

Classe da tarde

Das 2h às 3h – Escripta e Desenho Linear;

Das 3h às 4h – Leitura e Desenho Linear;

Das 4h às 5h – Instrução moral e religiosa.

Fonte: (SILVA, 2008, p. 62)

O cumprimento da carga horária diária nas escolas de primeiras letras do Recôncavo Baiano também obedecia a uma divisão muito semelhante. No que se refere ao calendário, tanto as escolas que funcionavam pelo Método do Ensino Mútuo como pelo Ensino Simultâneo possuíam as mesmas determinações. As escolas primárias estariam abertas por todo o ano, menos nos dias de descanso e pelo tempo das férias. E a disciplina do tempo e do seu controle era extremamente importante para a realização cotidiana das atividades escolares. O tempo determinava todas as ações pedagógicas nesses métodos de ensino (SILVA, 2008, p. 62).

A escolha desse método, após a independência política do Brasil, estava relacionada às vantagens que ele trazia, tais como:

- Formação básica de professores com exemplo bem sucedido de metodologia;
- Trabalho de um único mestre em relação a um grande número de discípulos;
- Economia no número de professores.

Esse método era muito utilizado e com excelentes resultados, nas escolas públicas de ensino elementar, principalmente, da França e da Inglaterra, maiores potências econômicas da época (SILVA, 2008, p. 51-52).

Sobre o Ensino Mútuo no Brasil, as primeiras notícias se deram através de informações de estudantes brasileiros que retornavam da Europa e, também, da publicidade de alguns órgãos da imprensa.

A primeira referência ao Brasil aparece no número de abril de 1817, onde se lê a seguinte informação: o governo pediu um professor e o jovem M. Cournand, filho de um professor com este nome, que fez excelentes estudos, foi enviado para esta missão (implantar o ensino mútuo). (BASTOS, 1997, p. 52).

Sobre a chegada do método à Bahia, acredita-se que tenha ocorrido semelhantemente ao acima citado por informações de estudantes e da imprensa. Já o método em Salvador, “uma pesquisa documental nos apontou um nome: o professor Lázaro Muniz da Costa” (SILVA, 2008, p. 52).

A historiadora Maria Thetis Nunes afirmou que o Ensino Mútuo fora estabelecido anteriormente em Sergipe pelo baiano Eusébio Vanério.

Antes do reinado de D. João VI, Eusébio Vanério lhe havia oferecido a tradução do Sistema Lancasteriano acerca da educação da mocidade, ao tempo, que solicitava, para ele e a esposa, subsídios a fim de instituírem-se na Inglaterra ou na França na prática do mesmo, ou ser encarregado de difundir os seus conhecimentos teóricos, sendo para isso admitido ao Real Serviço. (NUNES, 2008, 121).

Contudo, a proposta do professor Valnério é, cronologicamente, muito anterior à sua realização prática. Houve a lei de 14 de abril de 1836 que criou a Escola Normal da Bahia e que estabelecia nos seus artigos 2º e 4º o seguinte:

Esta Eschola comprehenderá duas Cadeiras uma de Ensino Mutuo, na qual se ensinará praticamente o methodo do Ensino Mutuo; Para prover a primeira Cadeira, fica authorisado o Presidente da Província a mandar a França dous individuos, que saibam o Francez, eschodidos em concurso, a fim de que aprendam perfeitamente, na Eschola Normal de Paris, o methodo theorico, e pratico do Ensino Mutuo, recomendando-os à Missão Brasileira naquella Côrte, para que sejam considerados alumnos francezes. (APEB, vol 1. p. 121-2).

Na França, o método do Ensino Mútuo foi adotado pela “*Comission D'Enseignement Élémentaire*”, organização criada pelo próprio Napoleão I. Assim, entre 1815 e 1820, mais de mil escolas mútuas foram instaladas na Europa, chegando a reunir mais de 150.000 alunos (BASTOS; FARIAS FILHO, 1999, p. 98).

O Ensino Mútuo consistia em concentrar uma grande quantidade de alunos em uma mesma sala, podendo conter cerca de trezentos alunos, sob a direção de um único mestre e aqueles que se destacavam eram promovidos a monitores. Neste método, os alunos eram, geralmente, divididos em seis classes, em que todos os alunos, em tese, deveriam ter o nível de conhecimento semelhante para que, dessa forma, nenhum aluno soubesse nem mais nem menos do que outro. Bastos e Farias Filho (1999) revelam que:

[...] para os menores da classe, consiste em aprender o alfabeto e traçar letras sobre a areia; na segunda classe, os alunos são iniciados nas sílabas de duas letras, que escrevem sobre a ardósia; na terceira, fazem a combinação com três letras; na quarta, trabalham as palavras com várias sílabas; na quinta, começam a ler; somente na sexta lêem (sic) corretamente. Cada aluno pode pertencer ao mesmo tempo a várias classes diferentes. [...] O monitor, principal agente do método, [...] é que tem controle da classe e que classifica os alunos na classe. [...] **Com essa configuração o papel do professor é restrito.** (grifo nosso)

Ainda sobre o Método Mútuo talvez se diga que é impossível que um só professor ensine a trezentos discípulos, é, necessariamente, preciso que ele seja ajudado por outros professores, mas a prática funcionava basicamente assim:

Divida o professor a sua aula em 8 classes e cada classe em tres grupos; que alguns discipulos, com os titulos de monitores ou monitores geraes, sejam incumbidos da direcção das classes e dos grupos; empreguem-se meios de ordem e disciplina para com regularidade fazer obrar a esta multidão de creanças; que não se ocupe o professor em ensinar imediatamente aos seus discipulos, porém dê todos os dias uma lição aos seus monitores; mantenha, por todos os meios imagináveis, a emulação e a boa ordem na aula, e poderá só por si conduzir não só trezentos discipulos, mas até quatrocentos e quinhentos. Tal é o methodo do ensino mutuo. (PORTELLA, 1868, p. 8-9).

Em pesquisas no Arquivo Público, foi encontrado um maço de documentos sobre o Método Mútuo na província da Bahia. Identificado pelo número e título “4006: Ensino elementar Ensino mútuo – Método Lencasteriano” (o nome do método possui algumas variações, ora chamado de Lancasteriano, ora Lencasteriano e até mesmo Lencasteriano). Nesta compilação, podem-se encontrar documentos referentes aos anos de 1825 até o ano de 1859, nos mais variados gêneros documentais: pedido de ordenado, relatórios ao presidente da província, reclamação em relação a atraso de salários, inventários, pedidos de materiais didáticos, entre outros.

No referido maço, há um número relevante de cartas e menções ao professor de ensino mútuo Manoel Joaquim da Silva Guimarães, que lecionava na capital, Salvador. Em algumas dessas cartas, ele se dirige ao presidente da província a fim de tratar da eficiência de suas escolas de ensino mútuo, que produziam bons frutos em tão pouco tempo de funcionamento. Em uma dessas cartas, ele dá a localização das escolas (uma na Sé, outras nas freguesias de Santo Antônio e São Pedro Velho), apresenta, também, a quantidade de alunos registrados, filiação desses alunos, número de faltas, além de um pequeno parecer sobre cada aluno, tal como:

Tenho a honra de fazer subir a presença de V. Ex. as escripturas dos alunmos que frequentão a escola do ensino mutuo, que escrevem em papel e dos que em pedra, que os fiz escrever em papel para delles deduzir V.Ex. Methodo mutuo conhecer o estado, e o adiantamento desta escola aberta em 21 de fevereiro do corrente anno. Deos guarde a V. Ex. Bahia 27 de Julho de 1825.

Manoel Joaquim da Silva Guimarães
1º cadete, e Professor do ensino mutuo (APEB, Método Mútuo, 4006, 1825).

O padre-mestre Manoel Joaquim d’Azevedo manteve durante duas décadas uma aula de primeiras letras pelo método de ensino mútuo puro e não um híbrido do método simultâneo, no adro do Convento do Carmo, na cidade de Cachoeira, que era a segunda maior população urbana da província.

[...] dando aula duas vezes ao dia sendo de manhã das 8 as 11 e a tarde de duas as 5 onde esta frequentemente ainda mesmo nas 5as. Feiras deixando de o fazer somente nos dias feriados de festas nacionais, e em todo anno residindo constantemente dentro da mesma Villa (APEB, Método mútuo, 4006, 1834)

Tavares (2001, p. 28) faz referência a uma Fala do presidente da província do ano de 1848, em que este faz um pequeno parecer quanto à instrução pública da província, e uma menção à aula de Ensino Mútuo de Cachoeira:

Constata que a instrução pública tinha obtido alguns melhoramentos, mas que estava longe da desejada perfeição. Afirma-se partidário da extensão do ensino, visto ser a instrução um bem comum para todos, porém nota que as aulas elementares da Província estavam aquém das suas necessidades. [...] Nas aulas, o único método utilizado era o simultâneo; apenas o professor de Cachoeira seguia o mútuo. Opina: “No meu entender é mais vantajoso o método simultâneo, tendo o primeiro (mútuo) já decaído na Europa.” (TAVARES, 2001, p. 28)

Mais para o final do século, algumas escolas foram criadas, algumas adentrando o século XX. De acordo com Mattos e Silva (2004c), é a partir da expansão da educação no século XIX que o percentual de letrados cresceu, mesmo que ainda de forma insatisfatória.

Os letrados brasileiros que, do século XVI aos inícios do século XIX, não ultrapassavam 0,1%, cresceram no último século e alcançaram 20 ou 30% em 1920. A presença, mesmo que rarefeita, da escola e de um [...] embora fraco e localizável, desenvolvimento cultural letrado, fez certamente surgir um elemento novo: a norma linguística explicitada e coercitiva. (MATTOS e SILVA, 2004c, p. 22)

De acordo com Bortoni-Ricardo (2005, p. 15), o ensino da língua culta à grande parcela da população brasileira que tem como língua materna – do lar e da vizinhança – variedades populares da língua tem pelo menos duas consequências desastrosas: não são respeitados os antecedentes culturais e linguísticos do educando, o que contribui para desenvolver nele um sentimento de insegurança, nem lhe é ensinada de forma eficiente a língua padrão.

Silva (2002, p. 255) afirma que muitos linguistas, professores se vêm ocupando em analisar a escola no Brasil, as causas de sua crise e a problemática do ensino da língua materna. A educação brasileira de massa começou tardiamente no século XX, como já explicado anteriormente, e em bases pouco firmes. A escola brasileira é múltipla como o é a língua do Brasil. Não se pode pensar os problemas linguísticos da escola sem ter em mente essa diversidade. Em consequência disso, as questões que envolvem os alunos de classe média, naturalmente, não são as mesmas que envolvem os das classes populares. Também não é idêntica a situação das classes populares que vivem nas cidades e das que habitam o campo.

Sabe-se, portanto, que a escola não contribuiu muito para reparar as consequências da *transmissão linguística irregular*, reforçando, então, a ideia de uma sociedade polarizada, dividida entre as variantes cultas e populares. Assim, o contato entre línguas pode ser considerado o principal parâmetro histórico para a contextualização das variações que afetaram o português brasileiro. Dessa forma, a língua portuguesa, na sua variante popular, deve as suas características à forma como foi aprendida pela massa populacional, com um modelo defectivo. E um dos aspectos gramaticais relacionados às duas normas é o fenômeno

do sujeito pronominal, que pode ser realizado ou nulo, e que motiva o interesse do presente estudo.

Neste capítulo, foi visto como o contato entre línguas, no passado, refletiu no processo de normatização da língua e sua escolarização. O fenômeno acima mencionado será observado em quatro comunidades aqui estudadas, são elas: Cajazeiras, Plataforma, Liberdade e Itapuã. Nelas se verificarão os condicionadores linguísticos e sociais que interferem na escolha dos seus falantes acerca do sujeito realido ou nulo. E, por conseguinte, serão demonstrados os resultados dos fatores linguísticos e sociais do fenômeno em estudo e a relação deste com o processo de escolarização visto neste capítulo.

2 A REALIZAÇÃO DO SUJEITO PRONOMINAL

Este capítulo discute a temática central desta dissertação. A seção 2.1 traz o quadro pronominal, de acordo com as gramáticas normativas e, na seção 2.1.1, é trazido o mesmo assunto dos pronomes, mas sob a perspectiva das gramáticas descritivas. A relevância do quadro pronominal para o tema desse trabalho se dá a partir do fato de alguns autores, como Duarte (1995), acreditarem que as alterações no quadro dos pronomes tenha afetado a realização do sujeito pronominal no Português Brasileiro. Em seguida, as seções 2.2 e 2.2.1 tratam do parâmetro do sujeito nulo. E, por fim, a última seção 2.2.2 encerra o capítulo com o tema A Realização do Sujeito Pronominal no PB.

2.1 OS PRONOMES E A TRADIÇÃO GRAMATICAL

O sujeito pronominal pode ser realizado ou nulo, como se pode ver nos exemplos abaixo, extraídos do *corpus* de uma das comunidades estudadas:

i **Ele** lavava prato. (Ita 01)³

ii ____ arrumava a casa. (Ita 01)

Sabendo que o sujeito em análise diz respeito aos pronomes pessoais, é importante atentar para o que as gramáticas tradicionais abordam acerca do tema. Para tanto, foi encontrado que, segundo Cunha e Cintra (2007, p. 290), os pronomes pessoais caracterizam-se:

1 – por denotarem as três pessoas gramaticais, isto é, por terem a capacidade de indicar no colóquio:

Quem fala = 1.^a pessoa: eu (singular), nós (plural);

Com quem se fala = 2.^a pessoa: tu (singular), vós (plural);

De quem se fala = 3.^a pessoa: ele, ela (singular), vós (plural);

³ Ita é uma abreviação de Itapuã – um dos bairros que compõe o *corpus* do trabalho.

2 – por poderem representar, quando na 3.^a pessoa, uma forma nominal anteriormente expressa:

Levantaram Dona Rosário, quiseram levantá-la, embora ela se opusesse, choramingasse um pouco, dissesse que não lhe era possível fazê-lo. (CARVALHO, 137 *apud* CUNHA; CINTRA, 2007, p. 290)

3 – por variarem de forma, segundo:

- A função que desempenham na oração;
- A acentuação que nela recebem.

Dessa maneira, segue abaixo o quadro com a composição dos pronomes trazidos na maioria das gramáticas normativas.

Quadro 2: Formas dos pronomes pessoais

		Pronomes Pessoais Retos	Pronomes Pessoais Oblíquos Não reflexivos	
			Átonos	Tônicos
Singular	1. ^a pessoa	Eu	Me	Mim,
	2. ^a pessoa	Tu	Te	comigo
	3. ^a pessoa	Ele, ela	O, a, lhe	Ti, contigo Ele, ela
Plural	1. ^a pessoa	Nós	Nos	Nós,
	2. ^a pessoa	Vós	Vos	conosco Vós,
	3. ^a pessoa	Eles, elas	Os, as, lhes	convosco Eles, elas

Fonte: (CUNHA; CINTRA, 2007, p. 291)

É importante destacar que alguns desses pronomes são pouco ou não mais utilizados pelos falantes do português brasileiro, principalmente, na variedade oral, que compõe este trabalho. E, embora novos pronomes estejam concorrendo com alguns dos apresentados, eles ainda não são contemplados nas gramáticas normativas.

Para Illari e Basso (2009, p. 114-115), por exemplo, na maior parte do território brasileiro, o sistema dos pronomes pessoais inclui os pronomes-sujeito *eu*, *você*, *ele/ela*, *nós*, *vocês*, *eles/elas*, e *nós* alterna com *a gente*. A propósito dos pronomes pessoais, é sempre bom

lembrar: as verdadeiras “pessoas do discurso” são, de fato, apenas a 1ª. e a 2ª. porque, no diálogo, apenas os papéis de locutor e interlocutor alternam entre si. Também é bom lembrar que nós (ou a gente) e vocês não são exatamente o plural de eu e você(s) + ele(s).

Um dado importante que também foi considerado neste trabalho é que, muitas vezes, os pronomes pessoais são usados para indeterminar (como quando se diz *É assalto de todo lado: você sai na rua e é assaltado, você põe dinheiro no banco e o banco cobra até a folha de cheque; você cai na farmácia e os remédios só sobem...*: note-se que poderíamos substituir *você* por outros indeterminadores, como *o sujeito, neguinho, o cara*, sem prejuízos para a compreensão). Porém, apesar de considerado no trabalho, o tema *Determinação e Indeterminação do sujeito* não apresentou resultados significativos e, por isso, foi retirado da análise.

2.1.1 Pronomes sob a perspectiva da gramática descritiva

Ataliba Castilho (2010, p. 477) afirma que os pronomes pessoais são bastante suscetíveis a mudanças. Estudos recentes têm apontado para sua reorganização no Português Brasileiro (PB), sobretudo, em sua modalidade falada, com fortes consequências na estrutura sintática da língua. A centralidade desses pronomes no sistema das línguas explica por que a reorganização do quadro dos pronomes repercute nos demais pronomes, na morfologia verbal, na concordância verbal e na estrutura funcional da sentença.

Começemos pela apresentação do quadro dos pronomes pessoais no PB, na atualidade:

Quadro 3: Pronomes pessoais no Português Brasileiro

PESSOA	PB FORMAL		PB INFORMAL	
	Sujeito	Complemento	Sujeito	Complemento
1ª pessoa sg.	Eu	me, mim, comigo	eu, a gente	eu, me, mim, Prep + eu, mim
2ª pessoa sg.	tu, você, o senhor, a senhora	te, ti, contigo, Prep + o senhor, com a senhora	você, ocê, tu	você, ocê, cê, te, ti, Prep + você/ocê (docê, cocê)
3ª pessoa sg.	ele, ela	o/a, lhe, se, si, consigo	ele/ei, ela	ele, ela, lhe, Prep + ele, ela

PESSOA	PB FORMAL		PB INFORMAL	
1ª pessoa pl.	Nós	nos, conosco	a gente	a gente, Prep + a gente
2ª pessoa pl.	vós, os senhores, as senhoras	vos, convosco, Prep + os senhores, as senhoras	vocês/ocês/cês	vocês/ocês/cês, Prep + vocês/ocês
3ª pessoa pl.	eles, elas	os/as, lhes, se, si, consigo	eles, eis, elas	eles, eis, elas, Prep + eles, eis, elas

Fonte: (CASTILHO, 2010, p. 477)

O quadro anterior é de suma importância para se elucidar o que acontece na fala informal do Português Brasileiro e compreender os *corpora* do presente trabalho, uma vez que se trata do estudo da fala vernacular.

Neves (*apud* CASTILHO, 2010) mostra que no *corpus* estudado, e mais amplamente nos inquéritos do *NURC*, não há ocorrências de *vós*. Quanto a expressão *a gente*, ela comuta com a forma *nós* nos mesmos contextos, o que confirma que os falantes do português brasileiro as entendem como sinônimas.

Com respeito ao par *tu/você*, Neves (*apud* CASTILHO, 2010) faz uma revelação impressionante: examinando o *corpus* do Projeto *NURC*, ela encontrou 0,25% ocorrências de *tu*, concentradas em falantes de Porto Alegre, contra 99,75% ocorrências de *você*. Ou seja, a fala culta de brasileiros que viviam entre 1970 e 1978 em cinco capitais brasileiras (Recife, Salvador, São Paulo, Rio de Janeiro e Porto Alegre) tinha praticamente enterrado a forma *tu*.

Estas são algumas notas acerca dos pronomes considerados na amostra de fala e como as gramáticas na modalidade normativa e descritiva tratam esta classe. Em posse destas informações, a próxima seção dará continuidade ao fenômeno analisado neste trabalho.

2.2 A REALIZAÇÃO DO SUJEITO PRONOMINAL

É possível afirmar, com certa margem de segurança, que todas as línguas do mundo possuem sujeito. Contudo, há línguas em que a realização do sujeito não é obrigatória, são as chamadas línguas de sujeito nulo (línguas *pro-drop*), e línguas que exigem o sujeito realizado.

A explicação mais comum para as línguas que permitem a não realização do sujeito é a possibilidade de se recuperar o sujeito através da flexão verbal. Todavia, este tema tem despertado a atenção de diversos pesquisadores e divergência de opiniões também.

Como já afirmavam Lucchesi e pesquisadores (*apud* LUCCHESI; BAXTER; RIBEIRO, 2009, p. 167), a reestruturação gramatical ocasionada pelas situações de contato entre línguas atua sobre a estrutura da variedade linguística que se forma em tais situações de três formas:

- (i) na redução da morfologia flexional;
- (ii) na alteração da marcação de parâmetros sintáticos em função de parâmetros não marcados; e
- (iii) na gramaticalização de itens lexicais para substituir os elementos gramaticais perdidos no estágio inicial do contato.

Assim, é preciso definir com clareza como o parâmetro do sujeito nulo se manifesta nas línguas humanas. E, em segundo lugar, como as línguas que se formaram em situações de contato linguístico maciço se comportam em relação a esse parâmetro da Gramática Universal (GU).

2.2.1 O parâmetro do sujeito nulo

Proposto por Chomsky (1981, p. 231), o parâmetro do sujeito nulo, ou também chamado parâmetro pro-drop, é um tema muito discutido e estudado no conjunto da *Teoria dos Princípios e Parâmetros*. Segundo a teoria, os princípios da Gramática Universal seriam subespecificados em cada língua particular. Assim, o questionamento sobre como se dá o parâmetro do sujeito nulo é, exatamente, a possibilidade de algumas línguas, como o espanhol e o italiano, de não realizar foneticamente o sujeito pronominal, enquanto em outras línguas, como o inglês e o francês, a sua realização ser obrigatória.

A consideração da presença de morfologia verbal rica como mecanismo para a permissão da realização do sujeito, em uma língua, parece ser coerente, já que o espanhol, que dispõe de seis formas distintivas – uma para cada pessoa do discurso: *hablo, hablas, habla, hablamos, hablais, hablan* (verbo falar no presente do indicativo) –, permite sujeitos nulos;

enquanto o inglês, que, no presente do indicativo, opõe somente a 3ª pessoa do singular (he, she, it speaks X I, you, we, they speak) às demais, não licencia o sujeito nulo. Porém, a relação entre morfologia rica e sujeito nulo não é tão direta quanto pode parecer no primeiro momento. Trabalhos de diversos autores com base em inúmeras línguas vêm questionando essa relação.

Huang (1989 *apud* LUCCHESI; BAXTER; RIBEIRO, 2009, p. 168) mostrou que línguas como o chinês, por exemplo, mesmo sendo desprovidas de um sistema de flexão verbal de pessoa e número, poderiam permitir o sujeito pronominal nulo. Assim, essa permissão ocorreria através da correferência com um elemento nominal em uma posição que c-comanda a posição do sujeito pronominal. Borer (1989 *apud* LUCCHESI; BAXTER; RIBEIRO, 2009, p. 169) ainda levanta a notícia de línguas, como o hebraico que, em alguns tempos verbais e em algumas pessoas, admitem o sujeito nulo, e em outras não. Estas informações empíricas vieram a comprometer, de algum modo, a relação entre a propriedade do sujeito nulo e a riqueza do paradigma flexional de pessoa e número do verbo.

Jaeggli e Safir (1989, *apud* DUARTE, 1995, p. 2) propõem que é a unidade morfológica dos paradigmas verbais de uma língua que licencia o sujeito nulo. Um paradigma é considerado uniforme se é formado apenas por formas derivadas (que podem incluir desinências de número, pessoa, tempo, modo etc.) ou formas não derivadas (constituídas somente pelo radical). Se o paradigma for misto, o sujeito deverá ser sempre realizado. Isso explicaria o porquê de o italiano e o chinês serem línguas de sujeito nulo (o primeiro contém formas derivadas para todas as pessoas, o segundo não possui formas derivadas), enquanto que o inglês não o é.

Roberts (1993, *apud* DUARTE, 1995, p. 3) defende que é um paradigma funcionalmente rico que permite o sujeito nulo. Para que um paradigma seja funcionalmente rico, deve admitir uma desinência zero e um sincretismo (que pode ser a própria desinência zero).

Com base nas discussões desses autores, fica claro que a existência de um paradigma de concordância verbal rico não é suficiente para que uma língua realize o sujeito pronominal ou não, haja vista haver línguas com uma morfologia rica de flexão verbal que não permitem sujeitos nulos, como é o caso do alemão; do mesmo modo que existem línguas que não possuem morfemas verbais de concordância, mas licenciam sujeitos nulos, a exemplo do chinês.

Kato (2002, *apud* LUCCHESI; BAXTER; RIBEIRO, 2009, p. 169) afirma que “uma propriedade singular de uma língua não constitui um parâmetro, mas sim a manifestação

substantiva de uma propriedade formal abstrata da qual decorrem outras propriedades substantivas da língua”. Dessa maneira, cada parâmetro se manifestaria na língua através de um conjunto de propriedades relacionadas e o parâmetro do sujeito nulo se atualizaria através das seguintes manifestações substantivas relacionadas Rizzi (1982, *apud* LUCCHESI; BAXTER; RIBEIRO, 2009, p. 169):

- (i) sujeitos nulos referenciais⁴
 - a. Fomos à praia. (português)
 - b. *Went to the beach. (inglês)
- (ii) sujeitos nulos expletivos
 - a. Choveu ontem. (português)
 - b. *Rained yesterday. (inglês)
 - a. Parece que vai chover. (português)
 - b. *Seems that it will rain. (inglês)
- (iii) inversão da ordem Sujeito-Verbo
 - a. Chegaram os hóspedes. (português)
 - b. *Have arrived the guests. (inglês)
- (iv) extração do sujeito à distância
 - a. Quem você disse que veio à festa? (português)
 - b. *Who did you say that came to the party? (inglês)

De acordo com Lucchesi, Baxter e Ribeiro (2009, p. 169), observa-se que a correlação das manifestações superficiais com uma única propriedade da gramática é muito importante para justificar o poder explicativo da teoria gerativista e tem importantes implicações, por exemplo, para a sua teoria da aquisição da língua materna, pois a criança estaria capacitada pelos mecanismos da GU a fazer deduções extremamente eficazes, já que ela não precisa, necessariamente, ser exposta a todas as propriedades de um parâmetro para fixar o valor da língua-meta. Assim, no escopo da teoria gerativa, a possibilidade de explicar várias propriedades superficiais através de um único princípio da gramática abstrata é mais relevante do que estabelecer uma relação causal entre a riqueza do paradigma flexional e a propriedade do sujeito nulo.

⁴ Os exemplos foram extraídos de Lucchesi, Baxter e Ribeiro (2009, p. 169). Eles mostram o comportamento de uma língua *pro-drop*, o português brasileiro, e de uma língua não *pro-drop*, o inglês.

Acerca deste tema, Baxter (1996) compreende que nas línguas de contato mais radicais – pidgins, crioulos – e em processos de contato em geral, envolvendo o português (mesmo em variedades menos radicais), a morfologia verbal é praticamente não existente desde o início do contato, ou, quando está presente, ela não é funcional, sendo, geralmente, incorporada como uma parte fonológica da palavra, mas não tem valor gramatical. O que sim está presente é o sujeito pronominal. Portanto, nesse cenário, não é viável afirmar que a morfologia tem que cair para causar a fixação do pro-sujeito. É quase como se o pro-sujeito e o verbo sem morfologia estivessem lá desde o início da formação da L2 ou pidgin. O autor entende que essa é a principal tendência que teria produzido as variedades populares rurais, no plano diacrônico.

Com o tempo, ou mesmo desde uma fase relativamente cedo, haveria contato entre variedades que quase não tinham morfologia verbal e variedades que a tinham. Portanto, a presença de alguma morfologia verbal com *pro-drop* em variedades populares seria possível desde sempre.

No caso da suposta norma culta, adotando as perspectivas de Baxter (1995), acredita-se que a explicação pela presença do pro-sujeito se deve à urbanização de falantes de variedades populares que teriam exercido (com a ajuda dos imigrantes europeus e japoneses etc.) um efeito de pressão de baixo para cima. Esse processo de pressão teria enfraquecido a morfologia verbal até na fala das camadas ‘cultas’. Porém, não se acredita que a explicação pela forte presença de pro-sujeito tenha apenas esse enfraquecimento como origem. Mas que o mero contato com as variedades da maioria que estão utilizando bastante o pro-sujeito seria o suficiente para instalar paulatinamente esse mecanismo na fala culta.

Dessa discussão, pode-se concluir que “se a riqueza morfológica do nódulo de Concordância desempenha um papel fundamental na interpretação de pro, ela sozinha não pode determinar todas as suas ocorrências.” (FIGUEIREDO SILVA, 1994, p. 33). Assim, as línguas podem lançar mão de outros recursos, a exemplo da correferência com a topicalização, ou com um elemento presente na oração anterior.

2.2.2 O parâmetro do sujeito nulo no Português do Brasil

Duarte (1995, *apud* LUCCHESI; BAXTER; RIBEIRO, 2009, p. 172), em sua pesquisa sobre os padrões linguísticos da chamada norma culta do português brasileiro, revela que o

português brasileiro perdeu a propriedade que caracteriza as línguas de sujeito nulo por causa do enfraquecimento da flexão.

Passando ao estudo do licenciamento do sujeito nulo no PB, um fator bastante importante é a redução ocorrida nos paradigmas pronominal e de flexão de número e pessoa do verbo (cf. DUARTE, 1995; FIGUEIREDO SILVA, 1994; entre outros). O pronome de 2ª pessoa do plural, *vós*, desapareceu do PB e seu correspondente do singular, *tu*, é usado somente em determinados dialetos do país (como explicado nas seções anteriores). Para se referir à segunda pessoa, o falante opta pelas formas de tratamento, a chamada 2ª pessoa indireta, *você(s)*, *o(a) senhor(a)*, *os(as) senhores(as)*. Além disso, observa-se uma grande vitalidade no uso da expressão nominal *a gente* (que hoje se comporta, de fato, como um pronome), em detrimento da forma canônica *nós*.

Essas alterações no quadro pronominal da língua se traduzem em uma perda de morfologia flexional, uma vez que as “novas” formas conjugam-se de acordo com a 3ª pessoa do singular. Mesmo o pronome *tu*, quando é usado, não aparece, na maior parte das vezes, com a sua desinência verbal característica, mas sim com o morfema Ø.

Um paradigma com 06 formas distintivas, uma para cada pessoa do discurso, evoluiu para 04 ou 03 formas, considerando que a desinência de 1ª pessoa do plural é cada vez mais restrita a determinados contextos. Isso evidencia a afirmação de Figueiredo Silva (1994) de que o PB perdeu a oposição morfológica entre as pessoas do discurso, mantendo apenas a distinção entre singular e plural.

A redução no quadro flexional é ainda mais forte nas variedades populares, uma vez que, muitas vezes, nem mesmo a distinção entre singular e plural é marcada pelo verbo, havendo o uso generalizado da forma de 3ª pessoa do singular. Além disso, em algumas comunidades rurais afro-brasileiras muito afetadas pelo contato entre línguas, como no caso de Helvécia, no extremo sul do Estado da Bahia, é possível verificar a variação até com a 1ª pessoa do singular. Esse quadro de variação aponta para um cenário antigo, na formação de variedades populares do PB, em que a morfologia verbal não era distintiva, com um paradigma verbal composto, basicamente, por uma única forma (com a desinência Ø) para todas as pessoas do discurso.

Assim, a análise do preenchimento do sujeito pronominal de referência definida reforça duas questões: por um lado, a perda da propriedade de ocorrência do sujeito referencial nulo relaciona-se diretamente com o enfraquecimento do paradigma da flexão de número e pessoa do verbo, pois Duarte (1993, *apud* LUCCHESI, BAXTER; RIBEIRO, 2009, p. 174) demonstra que a elevação do nível de realização do sujeito pronominal estaria

relacionada com a substituição do pronome pessoal *tu* pelo pronome de tratamento *você* e com a concorrência da expressão *a gente* com o pronome *nós*. Isso porque tanto o *você*, quanto com *a gente*, o verbo se mantém na forma da 3ª pessoa do singular, sem um morfema específico de pessoa e número. Com isso, em alguns tempos verbais, como é o caso do imperfeito do indicativo, a flexão verbal restringe-se a apenas duas pessoas. Tal enfraquecimento da flexão verbal estaria, portanto, na base do enfraquecimento da ocorrência do sujeito referencial nulo no PB.

Quadro 4: Redução do paradigma da flexão verbal de pessoa e número no Português Brasileiro

6 FORMAS	3 FORMAS	2 FORMAS
eu trabalho	eu trabalho	eu trabalhava
tu trabalhas	você trabalha	você trabalhava
ele trabalha	ele trabalha	ele trabalhava
nós trabalhamos	a gente trabalha	a gente trabalhava
vós trabalhais	vocês trabalham	vocês trabalhavam
eles trabalham	eles trabalham	eles trabalhavam

Fonte: (LUCCHESI; BAXTER; RIBEIRO, 2009, p. 173)

Porém, o PB não perdeu as propriedades de inversão nem de extração do sujeito, nem gramaticalizou um pronome para desempenhar a função de sujeito expletivo, como se pode ver na aceitabilidade no PB das frases apresentadas abaixo:

- a. Choveu ontem⁵.
- b. Parece que vai chover.
- c. Chegaram os hóspedes.
- d. Quem você disse que veio à festa?

De fato, o PB sequer perdeu a propriedade do sujeito referencial nulo, pois, segundo Duarte (1995), o PB vive uma fase de transição em que convivem características de duas gramáticas. Apesar de ainda admitir, perfeitamente, frases com o sujeito referencial nulo, a

⁵ Os exemplos foram extraídos de Lucchesi; Baxter; Ribeiro (2009, p. 174).

possibilidade de preenchimento do sujeito pronominal em frases como a exemplificada abaixo, sem mudança de referência ou qualquer ênfase, é notória.

(i) João estudou muito, mas ele não foi aprovado no exame.

Em uma análise da fala de indivíduos urbanos da cidade do Rio de Janeiro com alto nível de escolaridade, estratificados por sexo e divididos em três faixas etárias, Duarte (1994, *apud* LUCCHESI, 2004, p. 74) observou um alto nível de preenchimento do sujeito pronominal de 71%. De acordo com a autora, é possível identificar uma mudança no uso pronominal que leva a um empobrecimento da flexão verbal, produzindo, assim, uma elevação na frequência de realização do sujeito pronominal.

De acordo com Lucchesi (1998, *apud* LUCCHESI; BAXTER; RIBEIRO, 2009, p. 175) analisando a língua no plano da sua evolução interna, podem-se agregar novos elementos à compreensão desse processo de perda da ocorrência do sujeito referencial nulo no PB. Em primeiro lugar, se, na norma culta, o móvel da mudança — o enfraquecimento da morfologia verbal — ocorreu em função de substituições na pauta dos pronomes pessoais, na norma popular um enfraquecimento ainda maior da flexão verbal pode ser visto como um reflexo direto do processo de *transmissão linguística irregular*. Tanto é assim que a redução na flexão verbal, na fala popular, ocorre mesmo quando se mantêm em uso os pronomes tu e nós, como se pode ver no quadro abaixo.

Quadro 5: Flexão verbal de pessoa e número no Português Popular Brasileiro

eu trabalho
você ~ tu trabalha
ele trabalha
nós ~ a gente trabalha ~ trabalhamos (s)
vocês trabalham ~ trabalha
eles trabalham ~ trabalha

Fonte: (LUCCHESI; BAXTER; RIBEIRO, 2009, p. 175)

Com o aporte metodológico da Sociolinguística Variacionista, Sousa (2010, p. 45), em seu estudo sobre o parâmetro do sujeito nulo no português popular do interior do Estado da Bahia, identificou um equilíbrio na escolha pelas variantes nula e plena do sujeito pronominal

de referência definida. Dessa forma, a variante mais utilizada foi o sujeito realizado em 54% dos casos, sendo que a estratégia nula apareceu em 46% do total.

Acerca do parâmetro do sujeito nulo nas línguas crioulas, Roberts (1997, *apud* LUCCHESI, 2004, p. 71) explica a ausência de sujeitos nulos referenciais como uma opção paramétrica não marcada, natural em línguas crioulas. Desta forma, reforça-se a ideia de que a propriedade de sujeito referencial nulo está bastante ligada a uma morfologia flexional de pessoa e número do verbo que facilita a recuperação do sujeito pronominal.

Em relação aos resultados da análise do sujeito nulo no português afro-brasileiro, este parece ter exibido um quadro gramatical semelhante ao da chamada norma urbana culta. Contudo, Lucchesi (2004, p. 77) afirma que, em ambos os casos, o sujeito nulo é favorecido pela presença de um morfema flexional do verbo, pelo mecanismo sintático da correferência e pelo traço semântico [-animado].

Desse modo, os posicionamentos apresentados mostram que a situação do PB quanto ao parâmetro *pro-drop* ainda não foi totalmente esclarecido, constituindo um material bastante interessante para a pesquisa. Sendo o sujeito pronominal realizado ou nulo, o presente trabalho busca, então, compreender se está acontecendo um aumento ou redução na realização pronominal do sujeito, em variedades populares de comunidades de Salvador e quais fatores – sociais e linguísticos – condicionam essa variação, assuntos que serão abordados nos próximos capítulos.

3 TEORIA E MÉTODO

Este capítulo tem por objetivo apresentar os fundamentos teóricos e metodológicos da presente análise. Esta análise fundamenta-se nos pressupostos da Sociolinguística Variacionista, apresentados na seção 3.1 (cf. LABOV, 2008). A seção 3.2 contém o método de estudo, contemplando o Projeto no qual o trabalho está embasado, *corpus*, comunidade e coleta de dados. E a seção 3.3 apresenta os fatores linguísticos e sociais do fenômeno estudado – A Realização do Sujeito Pronominal, em Salvador – bem como alguns exemplos extraídos do *corpus* para uma melhor compreensão.

3.1 TEORIA

3.1.1 A sociolinguística variacionista

A Sociolinguística estuda a língua do ponto de vista da heterogeneidade, é constituída por unidades e regras de variação e tem por objeto de estudo os padrões de comportamento linguístico observáveis dentro de uma comunidade de fala. Os processos de mudança que se verificam nessa comunidade de fala se atualizam na variação observada em cada momento nos padrões de comportamento linguístico, sendo que, se a mudança implica necessariamente variação, a variação não implica necessariamente mudança em curso (cf. LABOV, 1994; e WEINREICH, LABOV e HERZOG, 1968).

Pode se entender que os processos de mudanças contemporâneas que ocorrem na comunidade de fala são primordiais na Sociolinguística. Comunidade de fala para esse modelo teórico-metodológico não é entendida como um grupo de pessoas que falam exatamente igual, mas que compartilham traços linguísticos que distinguem seu grupo de outros; comunicam relativamente mais entre si do que com os outros e, principalmente, compartilham normas e atitudes diante do uso da linguagem. (cf. LABOV, 1972; GUY, 2000).

Dessa forma, Lucchesi (2004) afirma que, para os sociolinguistas, nas comunidades de fala, frequentemente, existirão formas linguísticas em variação, isto é, formas que estão em

coocorrência (quando duas formas são usadas ao mesmo tempo) e em concorrência (quando duas formas concorrem). Daí ser a Sociolinguística Variacionista também denominada de *Teoria da Variação*.

A análise sociolinguística passa então a ser orientada por uma ótica de variações sistemáticas, inerentes ao seu objeto de estudo, a comunidade de fala, concebidas como uma heterogeneidade estruturada. Não existe, portanto, um *caos linguístico*, cujo processamento, análise e sistematização sejam impossíveis de serem processados. Há, pelo contrário, um sistema (uma organização) por trás da heterogeneidade da língua falada.

Variantes linguísticas são as formas em variação. Sobre elas, Labov (2008) declara que: "variantes linguísticas são diversas maneiras de se dizer a mesma coisa em um mesmo contexto e com o mesmo valor de verdade. A um conjunto de variantes dá-se o nome de *variável linguística*". Essas variáveis subdividem-se em variáveis linguísticas dependentes e independentes. A variável dependente é o fenômeno que se objetiva estudar; por exemplo, para *a realização do sujeito pronominal*, as variantes seriam, então, as formas que estão em competição: o sujeito realizado ou nulo. O uso de uma ou outra variante é influenciado por fatores linguísticos e sociais.

Assim, a Teoria da Variação compreende a língua em seu contexto sócio-cultural, uma vez que parte da explicação para a heterogeneidade que emerge nos usos linguísticos concretos pode ser encontrada em fatores extralinguísticos e não só nos fatores internos à língua. Portanto, como observou Mollica (2003, p. 10), "ela parte do pressuposto de que toda variação é motivada, isto é, controlada por fatores de maneira tal que a heterogeneidade se delinea sistemática e previsível".

Assim, um estudo sociolinguístico visa à descrição estatisticamente fundamentada de um fenômeno variável, objetivando analisar e sistematizar variantes linguísticas usadas por uma mesma comunidade de fala, considerando a influência que os fatores linguísticos e sociais atuam na escolha de cada variante. Para tanto, calcula-se a influência que cada fator, interno ou externo ao sistema linguístico, possui na realização de uma ou de outra variante. Ao formalizar esse cenário, a análise sociolinguística busca estabelecer a relação entre o processo de variação que se observa na língua em um determinado momento (isto é, *sincronicamente*) com os processos de mudança que estão acontecendo na estrutura da língua ao longo do tempo (isto é, *diacronicamente*).

3.1.2 Variação e mudança

Lucchesi (2004) afirma que a análise das variáveis sociais é importante para se definir o quadro de variação observado na comunidade de fala nos termos da dicotomia entre *variação estável* e *mudança em progresso*. No primeiro caso, conclui-se que o quadro de variação tende a se manter ainda por um longo período, já que não se verifica uma tendência de predominância de uma variante linguística sobre a(s) outra(s). Já o diagnóstico de *mudança em progresso* implica que o processo de variação caminha para a sua resolução em favor de uma das variantes identificadas, que deve se generalizar, tornando-se o seu uso praticamente categórico dentro da comunidade de fala. Nesse quadro, a(s) outra(s) variante(s) tenderia(m) a cair em desuso.

É sempre importante compreender que a caracterização de um processo de *variação estável* ou de *mudança em curso* não depende unicamente dos resultados isolados de cada variável social, ela deve apoiar-se fundamentalmente na coerência argumentativa da representação que o linguista constrói do processo como um todo, a partir das evidências empíricas fornecidas pelos resultados de cada variável (cf. LUCCHESI, 2004, p. 189-193).

3.2 MÉTODO

3.2.1 O Projeto Vertentes

O Projeto Vertentes do Português Popular do Estado da Bahia⁶, desenvolvido na Universidade Federal da Bahia, tem como principais parâmetros: a relevância do contato entre línguas na sua formação histórica, por um lado, e os processos atuais de difusão linguística a partir dos grandes centros urbanos, por outro. Esses dois pólos definem os dois grandes vetores que atuam sobre a fala popular atualmente, condicionando os processos de variação e mudança que caracterizam e individualizam as diversas variedades do português popular no país.

⁶ Site disponível: <http://www.vertentes.ufba.br/>

Assim os dados do presente estudo foram recolhidos no âmbito do Projeto Vertentes, o qual adota o enquadramento teórico-metodológico da Sociolinguística Variacionista, buscando diagnosticar os processos de variação estável e mudança em progresso que definem as tendências atuais da língua no Brasil. Nas próximas seções, então, serão encontrados o *corpus* da pesquisa, os fatores linguísticos e extralinguísticos analisados na chave de codificação, bem como uma breve explicação de cada um deles. E, finalizando o capítulo, os bairros nos quais foram realizadas as entrevistas.

3.2.2 O *corpus* da pesquisa

O *corpus*, como já mencionado, foi recolhido do Projeto Vertentes e é formado por falantes nascidos nas comunidades de Liberdade, Cajazeiras, Itapuã e Plataforma, e foi estratificado segundo as variáveis *sexo* e *faixa etária*, sendo estabelecidas três faixas: Faixa I (25-35 anos); Faixa II (45-55 anos); Faixa III (mais de 65 anos), de que resultaram seis células, para a amostra de cada localidade. Em cada célula, para as finalidades da presente dissertação, foram selecionados dois informantes. Seguindo os pressupostos metodológicos da sociolinguística variacionista, compuseram-se as amostras em gradação geracional.

São observadas as variáveis *escolaridade* (diferenciando-se falantes analfabetos e semi-analfabetos) e *estada fora da comunidade* (com a distinção entre falantes que nunca viveram fora da comunidade e falantes que estiveram fora por um período de até seis meses).

Assim, esta dissertação utilizou o *corpus* do português *de Salvador* das comunidades: Liberdade (12 inquéritos), Itapuã (12 inquéritos), Cajazeiras (12 inquéritos) e Plataforma (12 inquéritos), totalizando um conjunto amostral de 48 inquéritos, confira tabela a seguir:

TABELA 1: *Corpos* delimitado para o estudo

COMUNIDADE	Nº DE INQUÉRITOS
Liberdade	12
Itapuã	12
Cajazeiras	12
Plataforma	12
TOTAL	48 inquéritos

3.2.3 A coleta e a preparação dos dados

As entrevistas, que foram feitas entre 2008 e 2009, tiveram, em média, a duração de uma hora e foram realizadas de modo semi-estruturada para que os entrevistados não monitorassem as suas falas. E com o intuito de mitigar os efeitos do *paradoxo do observador*, as entrevistas foram gravadas conforme as seguintes orientações:

- i. A comunicação estabelecida com a comunidade deu-se por intermédio de um membro da comunidade. Assim, acreditou-se promover uma relação mais amigável com o informante e então reduzir o constrangimento e a formalidade durante a entrevista.
- ii. As entrevistas foram realizadas sobre tópicos que motivassem a emoção do falante, tais como a exposição do informante a algum tipo de situação de risco, como morte e acidente, os problemas de saúde e outros enfrentados na vida pessoal, as condições de vida e moradia, as lembranças da infância e as festas locais.

Por fim, as entrevistas gravadas foram digitalizadas e submetidas ao tratamento acústico para reduzir os ruídos e melhorar a qualidade do som. Vale ressaltar que esse processo inicia-se durante a gravação dos inquéritos, evitando, por exemplo, o manuseio do microfone de forma excessiva e dando preferência à gravação em ambientes fechados e silenciosos. O processo de edição, levado a cabo através da aplicação de *software* específico, removeu, quando possível, a interferência de ruídos tais como vento, animais, dentre outros, que poderiam, de alguma forma, interferir na clareza do áudio e dificultar a fidedignidade da transcrição.

Tendo em vista a natureza do fenômeno analisado, o levantamento das ocorrências foi processado por cotas (houve a recolha de cinquenta ocorrências do fenômeno em cada entrevista analisada), devido ao elevado grau de ocorrência desta variável. Em seguida foi realizada a codificação com base em uma chave pré-estabelecida e, finalmente, para o processamento quantitativo dos dados, foi utilizado o pacote de programas GoldVarb X. Através desse programa foi possível obter a contagem dos dados apresentados na codificação para uma interpretação dos resultados.

Este programa fornece pesos relativos de influência das variáveis estudadas. Primeiro, ele apresenta resultados percentuais, mostrando uma quantificação bruta dos dados. Assim, são indicados os *knockouts* (nomenclatura utilizada pelo programa para indicar fatores com aplicação categórica da regra). Dessa maneira, se uma variável se mostra categórica, pressupõe-se a não existência de variação em seu uso e, por ser o GoldVarb um programa que lida com regras variáveis, surge necessidade de resolver os *knockouts*. Fica incubido ao pesquisador analisar a chave de codificação, agrupar as variáveis necessárias ou mesmo excluí-las para que, em seguida, seja realizada uma nova rodada, pra medir a influência de cada variável na realização do fenômeno em estudo.

3.3 FATORES CONDICIONADORES LINGÜÍSTICOS E SOCIAIS

Não é novo para a Teoria Sociolinguística que para cada variante há correspondentes contextos que a favorecem (cf. TARALLO, 1985, p. 36). Sabendo que as hipóteses do estudo surgem a partir da análise das ocorrências e também de outros estudos, são verificados, então, todos os fatores que, potencialmente, interferem na realização do fenômeno estudado. No presente trabalho, serão apresentados, então, os fatores linguísticos e sociais que favorecem o sujeito pronominal.

3.3.1 A variável dependente

A variável dependente do trabalho em questão é a Realização do Sujeito Pronominal no Português Popular, em Salvador. Segundo a gramática normativa (CUNHA; CINTRA, 2007, p. 296) os pronomes sujeitos *eu, tu ele, (ela), nós, vós, eles (elas)* são, geralmente, omitidos em português, porque as desinências verbais bastam, de regra, para apontar a pessoa a que se refere o predicado, como também o número gramatical (singular ou plural) dessa pessoa. Os exemplos que seguirão nesse capítulo foram extraídos do *corpus* de Cajazeiras:

1 - **Eu** num tô achando graça. (CAJ, 01)

2 - Ø Num sei o que é. (CAJ, 01)

3.3.2 O condicionamento linguístico

Seguindo a chave de codificação para a realização do estudo, foram definidas 10 variáveis linguísticas. Essas variáveis dizem respeito, em geral, a fatores discursivos e sintáticos ligados ao sujeito, ao verbo e à oração. Assim, foram analisadas as variáveis ligadas ao sujeito (*constituição do SN sujeito, definitude do SN sujeito, traço de animacidade, status informacional do SN sujeito*), as variáveis ligadas ao verbo (*flexão finita ou infinita, concordância verbal*) e as variáveis relacionadas à oração (*tipo de frase, estatuto da oração, presença de constituinte à esquerda*). É importante ressaltar que elas não foram escolhidas aleatoriamente, mas baseadas em procedimentos científicos adotados e/ou justificados por outros pesquisadores.

3.3.2.1 Pessoa do sujeito

De acordo com Cunha e Cintra (2007, p. 297), emprega-se o pronome sujeito para realçar três situações:

- i) na ocasião em que se deseja, enfaticamente, chamar a atenção para a pessoa do sujeito. Ex: Eu, náufraga da vida, ando a morrer!
- ii) quando se quer opor duas pessoas diferentes. Ex: Eu calo-me – tu descantas;
- iii) na circunstância em que a forma verbal é comum à 1.^a e à 3.^a pessoa do singular e, por isso, se torna necessário evitar o equívoco. Ex: É preciso que eu repita o que ele disse?

Seguem, então, algumas amostras da variável *Pessoa do sujeito* encontradas no *corpus* do trabalho:

(a) 1^a pessoa singular

Ex: **Eu** não tenho o que dizê não. (CAJ, 01)

(b) 2ª pessoa singular

Ex: **Você** sabe onde é o... o restaurante Filipe Camarão no Rio Vermelho? (CAJ, 01)

(c) 3ª pessoa singular

Ex: Aí **ele** olhava o movimento aqui do mercado. (CAJ, 01)

(d) 1ª pessoa plural

Ex: Quando **a gente** morou junto. (CAJ, 01)

(e) 2ª pessoa plural

Ex: Ah, **cês** me chamaram pra rir, foi! (CAJ, 01)

(f) 3ª pessoa plural

Ex: **Eles** estudaram no Bradesco. (CAJ, 01)

3.3.2.2 Desinência número-pessoal do verbo

Neste estudo, com esta variável, observou-se a flexão verbal nas variações de número, pessoa e tempo.

O verbo admite dois números: o singular e o plural. Dizemos que um verbo está no singular quando ele se refere a uma só pessoa ou coisa e, no plural, quando tem por sujeito mais de uma pessoa ou coisa.

O verbo possui três pessoas relacionadas diretamente com a pessoa gramatical que lhe serve de sujeito. A primeira é aquela que fala e corresponde aos pronomes pessoais *eu* (singular), *nós* (plural) e *a gente* (plural) sendo este último muito usado na modalidade oral do português e por falantes de baixa escolaridade. A segunda é aquela a quem se fala e corresponde aos pronomes pessoais *tu* (singular) e *vós* (plural), além dos pronomes de

tratamento *você e vocês* que, embora empregados com a forma verbal de terceira pessoa, referem-se à segunda pessoa do discurso. É importante salientar que, embora tenha sido observado, não foi encontrado o uso do pronome *vós* no *corpus* por se tratar de uma amostra de fala popular com informantes de pouca ou nenhuma escolaridade e também pelo quase desaparecimento deste pronome no português brasileiro. E, por fim, a terceira é aquela de quem se fala e corresponde aos pronomes pessoais *ele, ela* (singular) *eles, elas* (plural).

Sabendo que o tempo é a variação que indica o momento em que se dá o fato expresso pelo verbo, os três tempos naturais deste são o presente, o pretérito (ou passado) e o futuro, que designam, respectivamente um fato ocorrido no momento em que se fala, antes do momento em que se fala e após o momento em que se fala.

(a) – pessoa / – plural: Ø / -ou (pretérito imperfeito) – 3ª pessoa do singular

Ex: Ficava de manhã aqui. (CAJ, 01)

(b) + pessoa / – plural: -o / -ei (presente/ pretérito perfeito/ futuro do presente) e formas irregulares diferentes da 3ª pessoa

Ex: Eu fui trabalhá lá. (CAJ, 01)

(c) + pessoa / + plural: -mos

Ex: Nós viemo se embora. (CAJ, 01)

(d) – pessoa / + plural: -m

Ex: Se eles me aceitam aqui hoje. (CAJ, 01)

3.3.2.3 Caracterização semântica do sujeito

Uma variável também analisada no *corpus* foi a caracterização semântica do sujeito. Ela é uma variável que já foi avaliada em outros estudos e se mostrou relevante. Mas também

há motivos essencialmente linguísticos por considerar a semântica do sujeito, pois muitas regras gramaticais, em línguas diversas, dependem da semântica do sujeito. Foi assim observado a fim de se verificar se essas diferenças semânticas influenciariam na escolha da realização do sujeito. São elas:

(a) + animado / – humano

Nenhum exemplo encontrado no *corpus*.

(b) + animado / + humano

Ex: Eu moro com o meu pai. (CAJ, 01)

(c) – animado / + concreto

Nenhum exemplo encontrado no *corpus*.

(d) – animado / + abstrato

Nenhum exemplo encontrado no *corpus*.

3.3.2.4 Tipo de frase

Sabendo que a frase é um enunciado de sentido completo, esta variável buscou observar se os diferentes tipos de frase influenciam na realização do sujeito pronominal. Sendo assim, seguem as variantes e os seus devidos exemplos:

(a) Declarativa

Ex: Eu só sabia fazê croché. (CAJ, 01)

(b) Negativa

Ex: A gente não ganhô nada. (CAJ, 01)

(c) Interrogativa

Ex: Tá ôvino? (CAJ, 01)

(d) Resposta a pergunta direta do tipo *YES/NO question*

Ex: Ah, eu gosto muito de morá aqui, entendeu? (CAJ, 01)

(e) Resposta a pergunta direta do tipo *YES/NO question* com sim, não, é, hum-hum, foi e outras

Nenhum exemplo encontrado no *corpus*.

(f) Resposta a uma pergunta QU- (Wh- Questions) (quando, onde, como, quem, o que, por que)

Ex: Tinha seus quarenta e cinco, por aí. (CAJ, 01)

(g) Resposta epistêmica (Não sei. // Eu acho que não.) – só quando houver a pergunta

Ex: Eu acho que... eh... depende assim de... da mente das pessoas. (CAJ, 01)

(h) Clivada - de elementos que não sejam o sujeito

Ex: É que bebia muito também. (CAJ, 01)

(i) Imperativa

Ex: Encoste aí! (CAJ, 01)

3.3.2.5 Referência anterior ao sujeito

Procura-se, nesta variável, notar se a referência ao sujeito anterior altera, de alguma forma, a variável dependente.

(a) Sintagma Nominal

Nenhum exemplo encontrado no *corpus*.

(b) Pronome

Ex: Eu não me lembro. (CAJ, 01)

(c) Nulo

Ex: Não chegô a morá. (CAJ, 01)

(d) Primeira menção (ocorrências que não estão ligadas a uma ocorrência anterior)

Ex: Vô fazé nove anos. (CAJ, 01)

3.3.2.6 Referencialidade da ocorrência anterior

Em algumas ocorrências, o verbo não se refere a uma pessoa determinada, ou por se desconhecer quem executa a ação, ou por não haver interesse no seu conhecimento. Diz-se, então, que o sujeito é indeterminado. Para as gramáticas normativas, como é o exemplo da *nova gramática do português contemporâneo*, de Cunha e Cintra (2007), há duas formas de se indeterminar o sujeito, nos casos em que este não vem expresso na oração, nem pode ser identificado: quando o verbo está na terceira pessoa do plural, ou na terceira pessoa do singular com o pronome *se*.

Contudo, diferente do que tratam as gramáticas normativas, existem outras formas de se indeterminar o sujeito e, sendo assim, todas foram averiguadas (cf. ILARI; BASSO, 2009, p. 115). Assim, nesta variável, procura-se verificar o grau de influência da (in)determinação do sujeito para a realização do sujeito pronominal.

(a) Determinada

Ex: Ali trabalhei um bocado de tempo ali. (CAJ, 01)

(b) Indeterminada

Ex: Aí depois... eles muda de nome. (CAJ, 01)

3.3.2.7 Localização do sujeito pronominal em relação ao antecedente da sentença

Nessa variável, observou-se como o encadeamento sintático pode interferir na variável dependente. Foram analisadas, dessa forma, tanto orações coordenadas quanto subordinadas. Seguem exemplos abaixo:

(a) Sem encadeamento sintático – todas as que forem codificadas como (Q) na variável 06

Ex: Hoje num sei se é esse mesmo nome. (CAJ, 01)

(b) Outro período

Ex: Sabe onde é o colégio Medalha Milagrosa? (CAJ, 01)

(c) 1ª oração assindética

Ex: Ele veio pr'aqui **morreu ele**... morreu, morreu a... (CAJ, 01)

(d) 2ª oração assindética

Ex: Ele veio pr'aqui morreu ele... **morreu**, morreu a... (CAJ, 01)

(e) 3ª oração assindética em diante

Ex: Ele veio pr'aqui morreu ele... morreu, **morreu a**... (CAJ, 01)

(f) 1ª coordenada sindética

Ex: Ele ficô me procurano, **mas nunca me achô**. (CAJ, 01)

(g) 2ª coordenada sindética

Nenhum exemplo encontrado no *corpus*.

(h) 3ª coordenada sindética em diante

Nenhum exemplo encontrado no *corpus*.

(i) Principal posposta à subordinada em que está o antecedente

Ex: **Quando eu vim pr'aqui**, eu tinha mais ou menos um ano pra dois ano. (CAJ, 01)

(j) Adverbial (antecedente na principal)

Ex: ☞ Vamos trabalhá ali um dia **pa você ganhá cinco reais!** (CAJ, 01)

(k) Completiva (substantiva) (antecedente na principal)

Ex: Só tô dizeno **que eu num vô esquentá minha cabeça atrás dela**. (CAJ, 01)

(l) Relativa (antecedente na principal)

Ex: Quando eu levo ali no parque Abaeté **que eu moro ali perto**. (CAJ, 01)

(m) Interrupção da parte do documentador

Ex: Mora. (CAJ, 01)

(n) Antecedente no discurso do documentador (quando o documentador pronuncia o pronome e o falante fala só o verbo)

Nenhum exemplo encontrado no *corpus*.

3.3.2.8 Topicalização

O sujeito tópico assume uma posição que fica fora da estrutura nuclear da oração. Foi, então, observada esta variável, a fim de verificar a relevância dela para o tema do trabalho.

(a) Sem topicalização do sujeito – tópico não-marcado → sujeito (pro / ele)

Ex: Eu saía pa vim pescá três hora, quato hora. (CAJ, 01)

(b) Com topicalização do sujeito – tópico marcado → deslocado (pro / ele)

Nenhum exemplo encontrado no *corpus*.

(c) Com topicalização à direita – tópico marcado → deslocado (pro / ele)

Nenhum exemplo encontrado no *corpus*.

3.3.2.9 Presença de constituinte à esquerda do verbo na oração

Foi analisado se os constituintes à esquerda do verbo na oração interferem na realização do sujeito pronominal. Assim, as variantes observadas no estudo foram as seguintes:

(a) Ausência de constituinte

Ex: Eu moro mesmo num local. (CAJ, 01)

(b) Presença de constituinte adverbial

Ex: Quano eu nasci. (CAJ, 01)

(c) Presença de tópico (não sendo sujeito) – o mais comum será de objeto direto

Nenhum exemplo encontrado no *corpus*.

(d) Presença de SN / SPrep com valor adverbial

Nenhum exemplo encontrado no *corpus*.

(e) Presença de clítico

Ex: E me criei aqui em Salvadô. (CAJ, 01)

(f) Presença de não/nem (= e não) (considerar apenas se não tiver nenhum outro elemento)

Ex: Cê num vê mais um fura pé. (CAJ, 01)

(g) Presença de palavra QU- (quando, onde, como, quem, o que, por que)

OBS: Não se consideram conjunções, pronomes relativos e afins.

Ex: Quando eu era pequena. (CAJ, 01)

3.3.3 O condicionamento social

É objetivo de qualquer pesquisa sociolinguística investigar em que medida a variável em estudo é afetada pelos fatores sociais e quais deles atingem mais diretamente o uso das variantes (cf. TARALLO, 1985, p. 42). Dessa forma, seguem abaixo as variáveis sociais estudadas neste trabalho.

3.3.3.1 Sexo

Diante do percurso histórico entre homens e mulheres ao longo dos anos e das revoluções feministas, está cada vez mais difícil observar as motivações externas para a escolha de uma variante a depender do gênero. Não é objetivo do trabalho discorrer sobre o percurso cronológico dessas reivindicações, mas tão somente sinalizar a influência destas para a variável em questão.

Os estudos variacionistas têm demonstrado a pertinência da variável gênero/ sexo na configuração das variações e mudanças linguísticas. Mesmo havendo divergências quanto à tendência de cada sexo em uma situação de variação, um comportamento sensivelmente diferenciado entre homens e mulheres tem sido registrado nos estudos sociolinguísticos.

Para Fernández (1998) as mulheres teriam uma tendência ao uso de formas de prestígio, que coincidem com as formas da norma padrão, nas comunidades com uma normatização linguística mais explícita. Isso seria o resultado de uma situação de opressão a que as mulheres estariam submetidas na grande maioria dos agrupamentos humanos e de uma consequente busca das mulheres por status e aceitação social. O autor ainda destaca o fato de as mulheres receberem uma educação mais coercitiva, voltada ao cumprimento e adequação às normas sociais. Essas razões seriam as principais justificativas para um comportamento conservador das mulheres em relação aos usos linguísticos.

Contudo, é importante destacar que estes estudos, que inicialmente apontaram para essa suposta tendência, foram feitos em grandes centros urbanos, principalmente nos Estados Unidos. Porém, pesquisas em outros países, em outras culturas, revelam tendências divergentes, que não apontam para essa propensão registrada inicialmente na década de 1970,

nos EUA. Alguns estudos, no âmbito do Projeto Vertentes, em comunidades rurais, por exemplo, mostraram que as mulheres eram menos inovadoras do que os homens.

De acordo com Labov (1994), haveria duas tendências femininas para as situações que envolvem variações linguísticas: nas mudanças de cima para baixo, orientadas em função do padrão linguístico das classes mais altas, as mulheres tenderiam a utilizar as variantes de prestígio; nas mudanças de baixo para cima, cuja orientação da mudança parte dos grupos centrais ou baixos, tenderiam a usar a forma inovadora, que, nesse caso, geralmente corresponde à forma não padrão.

Um outro fator também para o qual Labov (1972) chama a atenção é que “a influência crucial da mulher nos primeiros estágios de aquisição da linguagem as equipa com uma sensibilidade especial”. Isto em relação a sua responsabilidade na educação dos filhos. Tomando para si a carga de transmissão de normas de comportamento, dentre elas o linguístico, a mulher se vê na contingência de apresentar-se como modelo. Porém, qualquer explicação das diferenças linguísticas entre homens e mulheres deve ser relativizada em função do grupo social considerado.

3.3.3.2 Faixa Etária

A definição da variável faixa etária correlaciona-se com os interesses gerais da sociolinguística na identificação dos estágios de variação estável ou mudança linguística das variáveis.

Para a proposta laboviana, os dados mais simples para se estabelecer a existência de uma mudança linguística são um conjunto de observações de duas gerações sucessivas de falantes – gerações de características sociais comparáveis que representam estágios na evolução da mesma comunidade de fala (LABOV, 2008 [1972], p. 194).

Dessa forma, o método de análise é dividido em real ou aparente. No tempo real acontece uma análise real, com dados reais de sincronia. As desvantagens se dão pelo fato dos falantes não serem entrevistados e não se ter dados do vernáculo. Já no tempo aparente há uma suposição a partir dos dados que se têm e se faz uma análise de como era e uma projeção de como serão os dados linguísticos. As faixas etárias analisadas no trabalho foram:

Faixa I (25 a 35 anos)

Faixa II (45 a 55 anos)

Faixa III (mais de 65 anos)

3.3.3.3 Escolaridade

A pertinência do fator escolaridade tem sido reconhecida em diversos estudos linguísticos. Para Votré (2004, *apud* MOLLICA, 2003), a influência da escolarização no encaixamento, principalmente quando em cena variantes de prestígio, sustenta-se no fato de que “a escola incute gostos, normas, padrões estéticos em conformidade de dizer e escrever” (VOTRE, *apud* MOLLICA, 2004, p. 51). Em paralelo ao processo de variação e mudança, pode-se inferir que falantes mais afetados pela escolarização tenderiam a privilegiar mudanças em favor das variantes de prestígio, mais próximas do padrão normativo. O autor ainda descreve a influência da escola em:

- 1– Status econômico e prestígio social;
- 2– Estigma social;
- 3- Fenômenos controlados pela escola;
- 4- Fenômenos controlados por fatores gramaticais (prescritiva ou normativa/descritiva).

A escola é responsável por uma parcela relevante da tarefa socializadora que o uso de uma língua nacional de prestígio requer. Por essa razão, essa variável é importante na observação do comportamento linguístico das comunidades estudadas. Por se tratar de um estudo do português popular, os níveis de escolaridade para o trabalho foram analfabeto e semianalfabeto, sendo o segundo, o predominante.

3.3.3.4 Estada fora da comunidade

A fim de traçar o perfil linguístico local das comunidades estudadas, foram estabelecidas as variáveis local de nascimento e tempo de residência no bairro. Desta forma, foram admitidos até seis meses de moradia fora da comunidade.

3.3.3.5 Localidade

O trabalho foi desenvolvido na cidade de Salvador – BA. De acordo com o site do IBGE, a população estimada de Salvador é de 2.938.092 habitantes distribuídos em diversos municípios os quais quatro destes foram alcançados na presente pesquisa.

Neste universo de observação da pesquisa sobre o português popular de Salvador, o princípio geral na escolha das localidades foi o de selecionar bairros populares que fossem representativos da toda diversidade socioeconômica, cultural, histórica e geográfica da capital baiana. Dessa forma, as comunidades foram: Liberdade, Plataforma, Itapuã e Cajazeiras.

1 - Liberdade

O bairro da Liberdade é o bairro popular mais tradicional da cidade. É muito próximo ao centro de Salvador e concentra uma grande população afro-descendente do país com uma forte expressão cultural dessa identidade étnica, como o bloco carnavalesco Ilê Ayê.

Localizado no alto do platô que divide a Cidade Baixa, onde está o cais do porto, da parte elevada (Cidade Alta), a Liberdade possui uma grande concentração populacional, em geral de baixa renda. Possui uma vida comunitária própria, podendo ser considerada uma "cidade" própria dentro da metrópole de Salvador.

Em 2012, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística desmentiu a fama de o bairro ser o detentor do maior número de negros do Brasil: na verdade, tal posto cabe ao bairro de Pernambués, também na cidade de Salvador.

Quanto à proveniência dos moradores da Liberdade, sabe-se que uma parcela considerável deles consiste em pessoas vindas do interior do Estado, que se misturam entre as que nasceram no bairro. Para a constituição do *corpus* desta pesquisa, foram escolhidos aleatoriamente 12 informantes, 6 homens e 6 mulheres, dentro do nível de escolaridade e das faixas etárias propostas pela pesquisa. Os informantes selecionados foram aqueles que nasceram no bairro e não se ausentaram dele por um período maior do que seis meses.

Dentre as dificuldades encontradas ao longo da constituição do *corpus*, esteve a procura por moradores nascidos no bairro, uma vez que o fluxo de pessoas provenientes de outras localidades é intenso e o número de moradores advindos do interior do Estado é

considerável. Além disso, com a difusão do sistema de ensino e de mecanismos que facilitam a aquisição de certificados de escolaridade, encontrar informantes assumidamente semi-analfabetos foi uma tarefa relativamente custosa, segundo as autoras do presente texto sobre a Liberdade – Macambyra e Bandeira.

Dentre os locais em que as entrevistas foram feitas, destacam-se a Rua do Curuzu, o Pero Vaz, IAPI, a Feira do Japão e a Avenida Lima e Silva. A falta de segurança foi um tópico recorrente nas entrevistas. Foram abordados também assuntos ligados à história do local, ao carnaval, à cultura negra e a outros problemas sociais e de infra-estrutura inerentes à maioria dos bairros populares. Apesar das queixas, muitos informantes afirmaram não sentir vontade de sair do local, o que evidencia um forte apego ao bairro da Liberdade.

2 - Cajazeiras

O bairro de Cajazeiras é um dos mais populosos da cidade, sendo o principal resultado da grande expansão urbana e que representa o inchamento das grandes cidades brasileiras ocorrido, sobretudo, a partir da década de 1970.

Cajazeiras possui intenso comércio e pode ser considerado como o primeiro bairro planejado de Salvador. Compõe-se dos setores: Cajazeiras 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 10 e 11, Fazenda Grande 1, 2, 3 e 4, Águas Claras e Boca da Mata.

O bairro teve ocupação e expansão significativa a partir da década de 1990 e, hoje, caracteriza-se por reunir populações de diferentes origens, oriundas do interior do estado e também de outros bairros populares, e por um comércio local em constante expansão, que procura atender às necessidades da sua população, já que o bairro encontra-se bastante isolado do centro da cidade.

Pode se afirmar que, atualmente, o bairro de Cajazeiras apresenta características semelhantes a qualquer outro bairro de Salvador, apesar de ter sido planejado. Contudo, a impressão que se tem, devido às dimensões do conjunto, é de que se trata de uma cidade dentro de Salvador, pois em seus mais de vinte anos de existência, cresceu de forma gigantesca e, igual a todos os bairros da cidade, também enfrentou um processo muito grande de desordenamento e necessita de obras de infra-estrutura para que a sua população tenha melhores condições de vida.

Por ser um bairro novo, que teve a sua expansão na década de 90, tornou-se praticamente impossível encontrar moradores de faixa II e III nascidos e criados no bairro. Em decorrência disto, apenas os informantes de faixa I atenderam a esta característica, sendo os demais informantes do interior do Estado, residindo no bairro há pelo menos 15 anos.

Cajazeiras é um bairro com dimensões de município e, muitas vezes, entre uma entrevista e outra, em localidades diferentes do bairro, foi necessário o uso de transportes coletivos por parte dos entrevistadores, tamanha a distância a percorrer. Desta forma, há de se imaginar que o perfil dos moradores das várias regiões de Cajazeiras é bastante diversificado e, por isto, não se definiu, tendo em vista as redes de relações sociais, se os informantes deveriam ter um perfil disperso ou local.

Assim como na busca de informantes nos outros bairros de Salvador analisados no Projeto Vertentes, encontrar pessoas analfabetas e semi-analfabetas foi uma tarefa bastante difícil. A forma encontrada para chegar a pessoas com o perfil desejado foi ir até escolas de ensino fundamental, pois, como se sabe, muitos estudantes que se encontram neste nível na maioria das vezes são na verdade semi-analfabetos. Quando, no primeiro contato, se percebia uma maior intimidade do possível informante com a escrita e leitura, ele não se tornava informante de fato.

As entrevistas aconteceram em lugares diversos, como as residências dos informantes, escolas e creches, mesas de bares, qualquer lugar onde, no momento, fosse possível manter uma conversação informal. Os temas abordados seguiam, conforme orientação sociolinguística, um curso de conversa informal e, assim, inevitavelmente, surgiam queixas sobre o sistema de transporte e a violência que anda assolando algumas localidades, como Cajazeiras XI e Boca da Mata.

3 - Itapuã

Este bairro é um dos mais antigos da orla marítima de Salvador e é tradicionalmente ligado à atividade pesqueira.

A origem do nome Itapuã vem da língua tupi e tem como significado "pedra que ronca", moradores antigos relatam que existia uma pedra que, antes de se partir, roncava na maré vazante. Localizada em uma espécie de enseada formada por águas límpidas, o bairro de Itapuã tem o mar tranquilo e uma orla repleta de coqueiros. Sabe-se que, antigamente, existia

uma pequena vila de pescadores que exploravam a pesca da baleia, para produzir óleo refinado, o qual era utilizado na iluminação pública.

Itapuã é um bairro que chama atenção pela representatividade da cultura negra e pelas praias encantadoras. Porém, o bairro apresenta hoje um cenário bastante diferente de décadas passadas com invasões, registros de crimes e atos brutais de violência diária.

As entrevistas realizadas cobriram os eixos centrais da população de Itapuã. Na praia, foram registradas as experiências e angústias dos pescadores, que ainda serve de fonte de renda para muitos pais de família, funciona num regime de associação que procura organizar e viabilizar a pesca no local, a qual, segundo os moradores, está cada vez mais difícil. Os principais integrantes desse grupo são homens das faixas 2 (de 45 a 55 anos) e 3 (acima de 65 anos), isto porque o ofício da pesca dos pais já não inspira mais os filhos, que agora, diante das possibilidades do centro urbano, buscam outras alternativas.

A realização das entrevistas contou com o apoio de alguns líderes locais, como chefes da colônia de pescadores, diretores de escolas e moradores, no entanto foram enfrentados alguns percalços. Dentre os problemas encontrados, destaca-se a dificuldade de encontrar indivíduos que preenchessem os critérios definidos previamente. Foi muito difícil encontrar informantes jovens, e mesmo adultos, sem acesso à escolarização, haja vista o forte incremento dos programas de alfabetização na capital do estado. Em geral, os jovens menos escolarizados habitam as áreas mais periféricas, em geral, áreas onde estão instaladas as “bocas”, alvo de conflitos e tiroteios. A violência foi um dos principais problemas encontrados pelos documentadores, os quais, desavisadamente, acabaram entrando em áreas extremamente perigosas. O risco torna-se flagrante com o fato de que, antes mesmo da conclusão do *corpus*, um jovem informante ter sido assassinado a tiros durante uma briga. E algumas entrevistas foram proteladas, tendo em vista a realização de festas locais e de conflitos.

A experiência de realizar entrevistas em um centro urbano mostrou-se sensivelmente diferente da experiência já concluída pelo Projeto nas comunidades do interior. No centro urbano, os informantes se mostram mais desconfiados e, embora não tenha sido regra, menos receptivos. As entrevistas do bairro de Itapuã giraram basicamente em torno da história pessoal, política e, sobretudo, da violência, que faz parte do cotidiano de quase toda a população. Ademais, por se tratar de um bairro tradicional e turístico, muitos informantes contaram a história do bairro.

4 - Plataforma

O bairro de Plataforma faz parte da tradicional zona suburbana da cidade, que concentrava a sua população operária. Hoje a pesca ocupa um papel importante em algumas áreas do bairro que se situam às margens da Baía de Todos os Santos.

O nome "Plataforma" pode ter surgido pelo fato de ter existido uma balsa que se parecia com uma plataforma flutuante que fazia o percurso marítimo das pessoas daquela localidade até o bairro da Ribeira. Nessa época ônibus e trens ainda não existiam ou tinham seu funcionamento precário.

Quanto ao perfil dos moradores do bairro, não há muita diversidade, diferentemente do que foi observado em relação a outros bairros. Há em Plataforma um perfil socioeconômico semelhante na grande parte dos seus moradores. A maioria deles são nascidos e criados no bairro; possuem uma rede de relações local, uma vez que o trabalho, o lazer e as amizades estão ali concentrados; e possuem um baixo poder aquisitivo e pouca escolaridade (a maioria concluiu apenas o ensino fundamental II).

Ainda na parte baixa de Plataforma, foi possível encontrar a maior parte dos informantes da faixa III, por ser a parte mais antiga do bairro. Neste espaço, encontram-se pessoas nascidas e criadas no bairro com cerca de 90 anos de idade. Com esses moradores mais velhos, foi possível conhecer um pouco da história e da expansão do bairro. As conversas revelaram que grande parte das terras do bairro pertencia à família Martins Catharino e que muitas das moradias atuais foram construídas em cima da parte da maré que secou e que o local sofria muito com a falta de água, pois só havia uma fonte para abastecer todos os moradores do local.

Contrariamente às expectativas iniciais, não foi difícil encontrar informantes da faixa I, pois a dura vida local fez com que muitos jovens abandonassem a escola ainda nas séries iniciais. Entre os informantes, apenas um voltou a estudar, quando adulto, no período noturno. Os demais não quiseram retornar aos estudos ou foram impossibilitados, pois tiveram de cuidar dos filhos e/ou trabalhar para garantir o sustento. Por outro lado, uma das grandes dificuldades da pesquisa no bairro de Plataforma foi contatar os informantes da faixa II, só sendo possível encontrá-los à noite, quando estavam na escola; ou nos finais de semana, após a semana de trabalho. Resistiam às solicitações de entrevista, sendo os que, inicialmente, mais se mostraram desconfiados. Muitos expedientes foram acionados para que se pudesse chegar a esses informantes e convencê-los a colaborar com a nossa pesquisa.

Neste capítulo foram apresentados os fundamentos teóricos e metodológicos da análise. O trabalho fundamenta-se nos pressupostos da Sociolinguística Variacionista, portanto, o *corpus* constituído trata-se de amostra de fala vernácula. No capítulo seguinte, serão apresentados os resultados obtidos após a realização da pesquisa.

4 RESULTADOS

Este capítulo apresenta os resultados da análise quantitativa e probabilística a que foram submetidos os dados da amostra. Dessa maneira, são apresentados os resultados a partir da análise de 48 (quarenta e oito) entrevistas, divididas em 12 (doze) por cada bairro que compôs o *corpus* de fala popular do estado da Bahia. São eles: Cajazeiras, Plataforma, Liberdade e Itapuã. Na seção 4.1, é apontada a variável dependente, que se trata do sujeito realizado ou nulo e os seus respectivos resultados. Na seção 4.2, são apresentadas as variáveis explanatórias estudadas e selecionadas, seguida da seção 4.4 com as variáveis sociais. Em 4.4, são analisadas e comentadas as variáveis linguísticas e sociais não selecionadas pelo programa GoldVarbX, mas que se mostraram relevantes para o trabalho.

4.1 VARIÁVEL DEPENDENTE

Nesta análise da realização do sujeito pronominal de referência definida, a variável dependente compreende duas variantes:

(i) Sujeito nulo:

☛ **Num** sei o que é. (CAJ, 01)

(ii) Sujeito realizado:

Eu num tô achando graça. (CAJ, 01)

Devido ao fato de o fenômeno analisado ser bastante recorrente, o levantamento das ocorrências no *corpus* em análise foi feito pelo procedimento metodológico de cota, como já mencionado no capítulo 3, coletando-se 50 ocorrências em cada uma das 48 entrevistas analisadas, o que perfaz um total de 2.400 ocorrências, que formam a base de dados da análise quantitativa.

4.1.1 Dados descartados

É importante pontuar que, no levantamento de dados da variável dependente, foram considerados apenas os sujeitos pronominais de referência definida em sentenças finitas, sendo excluídos da base de dados os seguinte casos:

a. frases com verbo em formas nominais:

Ela tá trabalhano em Brotas. (CAJ, 01)

b. ocorrências com hesitações entre o sujeito e o verbo ou com hesitações que indiquem mudança de palavra:

Pa podê eu... eu... eu tirá. (CAJ, 01)

c. sujeitos nulos ou plenos ligados a sintagmas nominais (SNs) como a pessoa, gente, o povo, o pessoal:

Uns pessoal que começaro a se envolvê com droga [...] se envolveu com muita droga. (CAJ, 01)

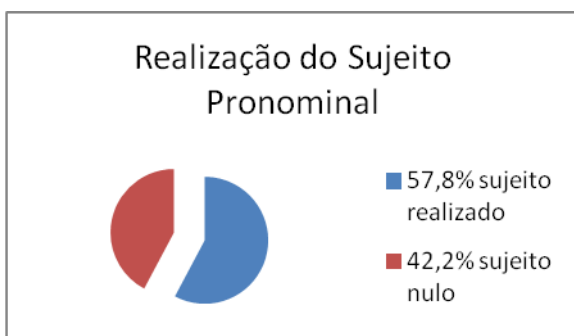
d. ocorrências com os verbos ter e ver na terceira pessoa do plural, pois não dá para afirmar se o verbo está no singular ou no plural:

Eles têm algum problema de saúde? (CAJ, 01)

4.1.2 Resultados globais da quantificação da variável dependente

Os resultados da quantificação da variável dependente são apresentados no gráfico a seguir:

Gráfico 1: A Realização do Sujeito Pronominal



Fonte: Dados recolhidos pela autora

O gráfico 1 mostra uma porcentagem maior de sujeitos pronominais realizados no português popular da zona urbana do Estado da Bahia. Dos 2.400 dados coletados, 1386 apresentaram o sujeito pleno, o que corresponde a uma frequência de 57,8%; já a variante nula foi a opção utilizada em 1014 ocorrências, resultando em 42,2% do total.

Algo a se pensar sobre estes resultados é que a relação entre morfologia verbal rica e ocorrência do sujeito nulo não é algo categórico. Desse modo, o fato de existir um grande número de sujeitos nulos mesmo com um paradigma verbal que não possui morfemas distintivos para cada pessoa do discurso sugere que outros fatores são capazes de identificar um sujeito nulo, como sustentam o uso de outros mecanismos na recuperação do referente do sujeito, como a correferência com um SN anterior ou a presença de um tópico discursivo, anteriormente mencionado ou facilmente presumível pelo contexto (cf. DUARTE, 1995; FIGUEIREDO SILVA, 1994).

Pelo apontamento acima, seria possível compreender que o Português Brasileiro pode recuperar o referente de um sujeito nulo através da morfologia verbal (nas variedades em que ela ainda é usada), por meio da correferência, ou mesmo por meio da pragmática, assim como fazem muitas línguas (ex. Chinês, Vietnamita, Tailandês etc.). Para maiores detalhamentos são necessários mais estudos em diferentes variedades da língua, observando, inclusive, a avaliação dos falantes, para que se possa ter uma visão mais clara do fenômeno.

4.2 VARIÁVEIS LINGUÍSTICAS EXPLANATÓRIAS

Para observar o encaixamento linguístico da variável dependente em estudo no português popular do Estado da Bahia, foram propostas, inicialmente, as seguintes variáveis explanatórias:

- pessoa do discurso;
- desinência verbal;
- caracterização semântica do sujeito;
- tipo de frase;
- referência anterior ao sujeito;
- determinação e indeterminação do sujeito;
- localização em relação ao antecedente;
- topicalização;
- presença de constituinte à esquerda do verbo.

Contudo, o programa estatístico apresentou que essas variáveis independentes são estatisticamente relevantes como condicionantes da variável dependente. Portanto, isso indica que há encaixamento linguístico que opera por meio dessas variáveis:

- pessoa do discurso;
- tipo de frase;
- referência anterior ao sujeito;
- localização em relação ao antecedente;
- presença de constituinte à esquerda do verbo.

Os resultados de cada uma dessas variáveis, bem como sua interpretação, serão apresentados nas subseções seguintes.

4.2.1 Pessoa do discurso

Esta variável busca analisar a escolha dos informantes quanto ao preenchimento ou apagamento do sujeito pronominal e as particularidades subjacentes a essa escolha. Duarte (1995, p. 48-49) afirma que a crescente preferência pela lexicalização do sujeito no Português Brasileiro não atinge todas as pessoas gramaticais com a mesma intensidade. Segundo ela, a 3ª pessoa do singular e do plural seria o contexto mais resistente à lexicalização do pronome, apresentando maiores índices de sujeito nulo, mas este dado não foi confirmado neste trabalho.

Tabela 2 – Realização do sujeito pronominal no português popular de Salvador, segundo a variável *Pessoa do discurso* (nível de significância 0.018)

Pessoa do discurso	Nº de oco./TOTAL	Frequência	Peso relativo
1ª pessoa do singular	757/1366	55,4%	0.451
2ª pessoa do singular	111/216	51,4%	0.545
3ª pessoa do singular	276/454	60,8%	0.555
1ª pessoa do plural	178/257	69,3%	0.613
2ª pessoa do plural	13/15	86,7%	0.905
3ª pessoa do plural	51/92	55,4%	0.448
TOTAL	1386/2400	57,8%	- - -

Fonte: Dados analisados pela autora

De acordo com a tabela 2, observa-se que as pessoas do discurso que favorecem a realização do sujeito pronominal, em ordem de favorecimento, são: a 2ª pessoa do plural (vocês/ocês/cês) com frequência de 86,7% e peso relativo de 0.905, a 1ª pessoa do plural (nós/ a gente) com frequência de 69,3% e peso relativo de 0.613, a 3ª pessoa do singular (ele/ ela) com frequência de 60,8% e peso relativo de 0.555 e a 2ª pessoa do singular (tu/ você) com frequência de 51,4% e peso relativo de 0.545.

Como afirmam Illari e Basso (2009, p. 115), o pronome *vós* (tradicionalmente da 2ª pessoa do plural) só sobrevive em gêneros escritos muito formais e arcaizantes (por exemplo, algumas reedições da Bíblia), sendo assim, foram considerados os pronomes *vocês*, *ocês* e *cês* já integrantes da classe pronominal do português informal, nesta amostra. É relevante observar o número de ocorrências vs o total de realizações do fenômeno em questão para melhor interpretar os resultados. Desse modo, apesar da 2ª pessoa do plural apresentar o maior peso relativo, houve apenas 13 realizações do sujeito pronominal de um total de 15 ocorrências, portanto, em um *corpus* de 2400 dados, esse resultado tem pouca credibilidade.

A análise da tabela mostra que o segundo contexto mais favorável ao preenchimento do sujeito é a 1ª pessoa do plural (com frequência de 69,3% e peso relativo de .613). Esse comportamento, à primeira vista, não seria o esperado. O fato de haver uma morfologia verbal característica (a desinência –mos/mo), através da qual seria possível a recuperação do referente do sujeito, deveria levar a altos índices de sujeitos nulos. Para explicar tal resultado, deve-se considerar a inserção da forma *a gente* no rol de pronomes pessoais, o que fez com que o pronome *nós* passasse a ser cada vez menos usado, restringindo-se a certos contextos (especialmente os mais formais).

Em seguida, aparece a 3ª pessoa do singular, que, embora com um peso relativo baixo (.555), ainda favorece a variante plena com maiores índices de realizações (276 em um universo de 454 ocorrências). Este resultado já era esperado principalmente pela entrada do *a gente* no quadro pronominal. Como a forma *a gente* é conjugada com a mesma desinência da 3ª pessoa do singular, não é possível recuperar o referente de um sujeito nulo por meio da morfologia, e, conseqüentemente, a sua realização fonética passa a ser obrigatória.

Por fim, a 2ª pessoa do singular também favoreceu a realização do sujeito com peso relativo de .545. O resultado já era esperado, visto que não se pode contar com outros mecanismos de recuperação do sujeito. Sendo assim, excetuando a variante 2ª pessoa do plural que computou pouquíssimas ocorrências, as demais variantes que favoreceram o sujeito preenchido (*você/ ele/ela/ a gente*) confirmam a hipótese de maior realização do sujeito, uma vez que são conjugadas com a mesma desinência.

4.2.2 Tipo de frase

A variável Tipo de frase objetivou analisar a relevância da estrutura frasal na escolha pela lexicalização ou não realização do sujeito pronominal, estando estruturada da seguinte forma, em 8 fatores:

(i) Resposta a pergunta direta do tipo *yes/no question*: são aquelas em que o falante confirma ou nega a proposição apresentada na pergunta:

Ah, eu gosto muito de morá aqui, entendeu? (CAJ, 01)

(ii) Resposta a pergunta direta do tipo *yes/no question* com sim, não ou outras partículas que indiquem afirmação/negação (é, hum-hum, foi). Desse tipo de dado não foi encontrado nenhum exemplo no *corpus* analisado.

(iii) Resposta a uma pergunta QU- (Wh- Questions): são respostas a perguntas com palavras interrogativas: quem, como, quando, onde, por que, o que:

Tinha seus quarenta e cinco, por aí. (CAJ, 01)

(iv) Resposta epistêmica – respostas do tipo “não sei”, “eu acho que não”:

Eu acho que... eh... depende assim de... da mente das pessoas. (CAJ, 01)

(v) Frases negativas:

A gente não ganhô nada. (CAJ, 01)

(vi) Frases afirmativas:

Eu só sabia fazê croché. (CAJ, 01)

(vii) Frases interrogativas:

Tá ôvino? (CAJ, 01)

(viii) Clivadas (de elementos que não sejam o sujeito):

É que bebia muito também. (CAJ, 01)

A análise quantitativa dos dados é apresentada na tabela a seguir:

Tabela 3 – Realização do sujeito pronominal no português popular de Salvador, segundo a variável *Tipo de frase* (nível de significância 0.018)

Tipo de frase	Nº de oco./TOTAL	Frequência	Peso relativo
Afirmativa	1165/1944	59,9%	0.536
Resposta a uma pergunta QU	33/52	63,5%	0.542
Interrogativa	24/60	40,0%	0.252
Negativa	160/297	53,9%	0.459
Imperativa	1/40	2,5%	0.015
Epistêmica	3/7	42,9%	0.390
TOTAL	1386/2400	57,8%	- - -

Fonte: Dados analisados pela autora

Segundo a tabela 3, a variante com maior favorecimento da lexicalização do sujeito é a *Resposta a uma pergunta QW* que obteve 0.542 de peso relativo e uma frequência de 63,5%. É importante salientar que esse peso é apenas um favorecimento marginal/bem leve e não muito distante da neutralidade. O provável seria o menor preenchimento do sujeito para estas perguntas O que/Onde/Quando, uma vez que o sujeito pronominal já vem, geralmente, explícito na pergunta. Porém, este resultado possa ser dado mediante ao natural preenchimento do sujeito no início da sentença e, normalmente, esse tipo de pergunta necessita de uma resposta com sujeito no começo.

Com frequência de 59,9% e peso relativo de 0.536, a segunda variante que favoreceu o preenchimento do sujeito pronominal é a frase afirmativa, que corresponde a um número expressivo de dados – 1165 ocorrências com o sujeito preenchido, de um total de 1944 sentenças, contudo, este favorecimento também é leve. Para explicar esse resultado, deve-se observar, além do elevado número de ocorrências afirmativas, o fato de ter considerado como *afirmativas* as variantes *clivadas* e *resposta a pergunta direta do tipo yes/no question* por terem pouquíssimas ocorrências, a fim de não perdê-las na análise geral.

Os contextos de resposta, muitas vezes excluídos das pesquisas sobre a realização do sujeito pronominal, são os mais refratários à lexicalização do sujeito, o que pode ser explicado pelo fato de, em geral, o sujeito já vir explicitado na pergunta. Além disso, normalmente, nesses casos, todos os argumentos e adjuntos verbais são apagados (não só o sujeito), sendo a sentença constituída somente pelo verbo ou pelo verbo e o operador de negação.

4.2.3 Referência anterior ao sujeito

Também conhecida como *paralelismo formal*, a variante *Referência anterior ao sujeito* é muito presente nas análises variacionistas. Esse conceito fundamenta-se no pressuposto de que o falante tende a utilizar as mesmas formas de marcação de um fenômeno durante o encadeamento discursivo, repetindo as escolhas feitas. Ou seja, considera-se que marcas levam a marcas, assim como zero leva a zero (cf. SCHERRE; NARO, 1993). Dessa forma, o uso do sujeito pleno na oração anterior favorecerá a escolha por uma forma de mesma natureza na oração seguinte, enquanto o sujeito nulo seria um contexto refratário à escolha pela variante plena.

Na análise dessa variável, foram considerados dois fatores:

(i) Pronome:

Eu não me lembro. (CAJ, 01)

(ii) Nulo:

Não chegô a morá. (CAJ, 01)

Os resultados dessa variável podem ser vistos na tabela abaixo:

Tabela 4 – Realização do sujeito pronominal no português popular de Salvador, segundo a variável *Referência anterior ao sujeito* (nível de significância 0.018)

Referência anterior ao sujeito	Nº de oco./TOTAL	Frequência	Peso relativo
Pronome	525/876	59,9%	0.566
Nulo	280/634	44,2%	0.409
TOTAL	805/1510	53,3%	- - -

Fonte: Dados analisados pela autora

Conforme observado na tabela 4, a escolha do *Pronome* é o contexto mais favorável à lexicalização do sujeito, com frequência de 59,9% e peso relativo de .566. Contudo, este favorecimento é moderado e não é uma tendência forte. Pode-se afirmar dentro desta esfera que, na maior parte dos casos, quando há preenchimento do sujeito por um pronome, este pronome é novamente mencionado. Talvez isto se dê ao fato de o operador ser um pronome e não um nome e por tal razão deva ser lembrado da mesma maneira o termo a que se refere o sujeito.

Desfavorecendo o uso do sujeito pleno, aparece o fator nulo, com peso relativo de .409 e frequência de 44,2%. Esse resultado corresponde também a um número de ocorrências considerável, com 280 de 634.

No mais, alguns estudiosos consideram o paralelismo discursivo como um epifenômeno, ou seja, ele serve apenas para veicular conclusões provenientes de outros grupos de fatores, não sendo, de fato, responsável pelos resultados que traz, mas é importante ser considerado na análise.

A presença de um SN (expressão referencial) na oração anterior também configura-se como refratária ao preenchimento do sujeito. Essa preferência pela forma nula confirma a atuação do mecanismo de correferência na representação do sujeito pronominal, mas ainda é importante registrar que são tendências moderadas.

4.2.4 Localização do sujeito pronominal em relação ao antecedente da sentença

A variável desta seção relaciona-se com a anterior, na medida em que ela depende de um item antecedente para ser analisada e observa a relevância das relações oracionais na escolha pelas variantes nula ou plena do sujeito.

Inicialmente, foram propostos os seguintes fatores para essa variável:

(i) Sem encadeamento sintático:

Hoje num sei se é esse mesmo nome. (CAJ, 01)

(ii) Item antecedente se encontra em outro período

Sabe onde é o colégio Medalha Milagrosa? (CAJ, 01)

(iii) 1ª oração assindética

Ele veio pr'aqui **morreu ele...** morreu, morreu a... (CAJ, 01)

(iv) 2ª oração assindética

Ele veio pr'aqui morreu ele... **morreu**, morreu a... (CAJ, 01)

(v) 3ª oração assindética em diante

Ele veio pr'aqui morreu ele... morreu, **morreu a...** (CAJ, 01)

(vi) 1ª coordenada sindética

Ele ficô me procurano, **mas nunca me achô.** (CAJ, 01)

(vii) 2ª coordenada sindética

Nenhum exemplo encontrado no corpus.

(viii) 3ª coordenada sindética em diante

Nenhum exemplo encontrado no corpus.

(ix) principal posposta à subordinada em que está o antecedente

Quando eu vim pr'aqui, **eu tinha mais ou menos um ano pra dois ano.** (CAJ, 01)

(x) adverbial (antecedente na principal)

Vamos trabalhá ali um dia **pa você ganhá cinco reais!** (CAJ, 01)

(xi) completiva (substantiva) (antecedente na principal)

Só tô dizeno **que eu num vô esquentá minha cabeça atrás dela.** (CAJ, 01)

(xii) relativa (antecedente na principal)

Quando eu levo ali no parque Abaeté **que eu moro ali perto.** (CAJ, 01)

(xiii) Interrupção da parte do documentador

Mora. (CAJ, 01)

(xiv) antecedente no discurso do documentador (quando o documentador pronuncia o pronome e o falante fala só o verbo)

Nenhum exemplo encontrado no *corpus*.

Para a primeira rodada, com os dados apresentados acima, foram eliminados os knockouts (casos de não variação); para a segunda rodada, eles foram inseridos em outros possíveis grupos para não perder as ocorrências. Daí, as variantes foram reagrupadas em seis fatores:

- 1 – orações independentes;
- 2 – coordenadas assindéticas (agrupadas em 1ª, 2ª e 3ª oração assindética);
- 3 – coordenadas sindéticas (agrupadas em 1ª, 2ª e 3ª coordenada sindética);
- 4 – relativas;
- 5 – adverbiais;
- 6 – completivas.

A variável *Topicalização* não apresentou variação e, por isso, foi retirada da análise.

A análise quantitativa dos dados é apresentada a seguir:

Tabela 5 – Realização do sujeito pronominal no português popular de Salvador, segundo a variável *Localização do sujeito pronominal em relação ao antecedente da sentença* (nível de significância 0.018)

Localização em relação ao antecedente	Nº de oco./TOTAL	Frequência	Peso relativo
Orações independentes	930/1441	64,5%	0.569
Coordenadas assindéticas	296/744	39,8%	0.324
Coordenadas sindéticas	79/109	72,5%	0.667
Adverbiais	53/66	80,3%	0.683
Completivas	20/31	64,5%	0.571
Relativas	8/9	88,9%	0.817
TOTAL	1386/2400	57,8%	- - -

Fonte: Dados analisados pela autora

Como atesta a Tabela 5, as orações relativas são as mais favoráveis ao preenchimento do sujeito, com frequência de 88,9% e peso relativo de 0.817. Esse comportamento já havia sido apontado por Duarte (1995). Analisando uma amostra do PE, ela observou que este é o único contexto em que os índices de sujeitos plenos superam os de sujeitos nulos: 70 % vs.

30% na 1ª pessoa e 61% vs. 39% na 3ª pessoa (p. 132). Na sua análise do PB, a preferência pelos sujeitos plenos nas relativas também foi verificada, tendo sido encontrados apenas 7% de sujeitos nulos (p. 59). Estas comparações entre o PE e o PB apontam apenas para a escolha de determinada variante linguística como mais favorável na realização do sujeito pronominal em ambas localidades.

Ainda favorecendo a lexicalização do sujeito, estão as sentenças adverbiais, com frequência de 80,3% (53 ocorrências num total de 2400) e peso relativo de .683. Em seguida, aparecem as orações coordenadas sindéticas. Com uma frequência de 72,5% e peso relativo de .667, elas favorecem a variante plena. Provavelmente, a presença dos conectivos favoreçam a lexicalização do sujeito.

As orações completivas também se mostram favoráveis ao preenchimento do sujeito, com pesos relativos de .40 e .37, respectivamente. E, por fim, as orações independentes com frequência de 64,5% e peso relativo de 0.569. Deve-se lembrar que, em línguas pro-drop, as estruturas subordinadas com correferência têm obrigatoriamente o sujeito nulo quando não há risco de ambiguidade (cf. LUCCHESI; BAXTER; RIBEIRO, 2009). Assim, o fato de os sujeitos serem correferentes, estando o antecedente próximo dentro do encadeamento frasal (o referente aparece na oração imediatamente anterior), pode ser visto como fator condicionante desse resultado.

4.2.5 Presença de constituinte à esquerda do verbo

Presença de constituinte à esquerda do verbo é uma variável que atuaria como um contexto refratário ao preenchimento do sujeito. Isto é justificado pela ideia de que o PB tende a não colocar o verbo na primeira posição do enunciado, procurando sempre colocar algum elemento antes dele tais como: advérbios, clíticos, entre outros. Dessa maneira, a presença de um constituinte de qualquer natureza precedendo o verbo já estaria satisfazendo essa tendência da língua, não sendo necessária a lexicalização do pronome sujeito.

Para a análise dessa variável, foram avaliados os seguintes sete fatores:

(i) ausência de constituinte

Eu moro mesmo num local. (CAJ, 01)

(ii) presença de constituinte adverbial

Quano eu nasci. (CAJ, 01)

(iii) presença de tópico (não sendo sujeito) – o mais comum será de objeto direto

Nenhum exemplo encontrado no corpus.

(iv) presença de SN / SPrep com valor adverbial

Nenhum exemplo encontrado no corpus.

(v) presença de clítico

E me criei aqui em Salvador. (CAJ, 01)

(vi) presença de não/nem (= e não) (considerar apenas se não tiver nenhum outro elemento)

Cê num vê mais um fura pé. (CAJ, 01)

(vii) presença de palavra QU- (*quando, onde, como, quem, o que, por que*)

Quando eu era pequena. (CAJ, 01)

OBS: Não se consideram conjunções, pronomes relativos e afins.

Segue a tabela com os devidos resultados:

Tabela 6 – Realização do sujeito pronominal no português popular de Salvador, segundo a variável *Presença de constituinte à esquerda do verbo na oração* (nível de significância 0.018)

Presença de constituinte à esquerda do verbo na oração	Nº de oco./TOTAL	Frequência	Peso relativo
Ausência de constituinte	1110/1932	57,5%	0.494
Presença de constituinte adverbial	76/98	77,6%	0.638
Presença de clítico	26/56	46,4%	0.396
Presença de não/nem	165/304	54,3%	0.497
Presença de palavra QU	9/10	90,0%	0.889
TOTAL	1386/2400	57,8%	- - -

Fonte: Dados analisados pela autora

Observando a tabela 6, o contexto mais favorável ao preenchimento do sujeito é a presença de palavra QU-, com frequência de 90% e peso relativo de 0.889. Em seguida, o próximo fator mais favorável é a presença de constituinte adverbial, que registra uma frequência de 77,6% e peso relativo de 0.638. Uma possível justificativa para o favorecimento ao sujeito preenchido seria a de que muitos constituintes adverbiais são seguidos de um verbo; daí a necessidade de lexicalizar o sujeito a fim de satisfazer a preferência do PB por colocar um elemento antes do verbo. Ou por se tratar de um constituinte formado por mais de um elemento, muitas vezes sendo até fonologicamente pesado, o falante efetuará uma pequena

pausa entre ele e o verbo, uma espécie de quebra no encadeamento. Em virtude disso, se faria necessária a realização do pronome sujeito para ocupar a posição anterior ao verbo.

Outra variante que, apesar de não ter sido favorecida para o fenômeno, obteve relevantes números com peso relativo de 0.497, é a presença de operador de negação. À primeira vista, pode parecer que esse resultado destoa do apresentado na seção *tipo de frase*. Para explicar essa situação, deve-se considerar que, no caso da frase negativa (variável *tipo de frase*), não se atentou para a presença de elementos antes do verbo, considerando-se, inclusive, os casos de negação com *nunca*. Já aqui foram considerados apenas os casos em que o operador de negação *não/num e nem* apareceu sozinho junto ao verbo, sem a presença de nenhum elemento de outra natureza. Assim, os resultados encontram justificativa se for considerado que esse operador estaria mais ligado ao verbo, tendo se amalgamado a ele de tal modo que se faz necessária a lexicalização do pronome sujeito para preencher a primeira posição da frase.

4.3 VARIÁVEIS SOCIAIS

No que diz respeito ao encaixamento social do fenômeno, foram consideradas as seguintes 5 variáveis:

- sexo;
- faixa etária;
- escolaridade;
- estada fora da comunidade por no mínimo 06 meses;
- localidade.

Contudo, só foi considerada como estatisticamente relevante para o programa GoldVarbX a faixa etária.

- faixa etária.

É possível pensar que a não seleção de algumas variáveis sociais, tais como *escolaridade* ou *estada fora da comunidade* seja pelo fato do fenômeno da realização do sujeito pronominal não ser marcado por um julgamento social explícito, o uso das variantes nula ou plena do sujeito não carrega consigo avaliações do ponto de vista social, no sentido de haver uma variante de prestígio que deve ser usada em detrimento de outra, estigmatizada.

A partir dos estudos de Duarte (1995) com a norma culta, de Sousa (2010) com o português afro-rural e o atual aqui realizado, é possível compreender que o enfraquecimento da morfologia de flexão verbal diminuiu as possibilidades de uso de sujeitos nulos no PB como um todo, atingindo as suas grandes normas: a culta e também a popular. Na norma culta, o responsável por tal enfraquecimento tem uma contribuição na introdução das formas *você(s)* e *a gente* no quadro pronominal, como foi explicitado no quadro 3 do segundo capítulo. Já no caso da norma popular, a *transmissão linguística irregular* teria provocado uma forte erosão na morfologia número-pessoal do verbo, independentemente da entrada de *você(s)* e *a gente* no rol dos pronomes. É possível que as variedades mais afastadas das normas educadas teriam adquirido um pouco o sujeito nulo, enquanto que as variedades educadas teriam adquirido mais casos de presença. Desse modo, pode-se supor que o português da zona urbana da Bahia, assim como as demais variedades da língua, estaria passando por uma mudança de baixo para cima, no sentido de implementação de uso da variante plena em contextos antes obrigatórios de sujeito nulo.

Enfim, a análise da variável social *faixa etária* será apresentada nas subseções seguintes, buscando contribuir para a descrição do fenômeno.

4.3.1 Faixa etária

A variável faixa etária é de extrema importância para avaliar se a variação linguística está estabilizada ou reflete um processo de mudança em curso, na abordagem conhecida como tempo aparente, a qual consiste em observar um determinado fenômeno em indivíduos de diferentes gerações, em um mesmo recorte sincrônico. Este tipo de análise considera que o comportamento linguístico das diferentes gerações estaria refletindo diferentes estágios do desenvolvimento histórico de uma língua.

Essa metodologia apoia-se ainda no pressuposto de que as mudanças no sistema linguístico de um falante só ocorreriam até a puberdade (fase em que se dá a fixação de sua

gramática). Dessa maneira, através do estudo da fala de uma pessoa de 35 anos, por exemplo, seria possível recuperar um estágio da língua de 20 anos atrás (cf. NARO, 2003).

Os resultados obtidos são apresentados a seguir:

Tabela 7 – Realização do sujeito pronominal no português popular de Salvador, segundo a variável *Faixa etária* (nível de significância 0.018)

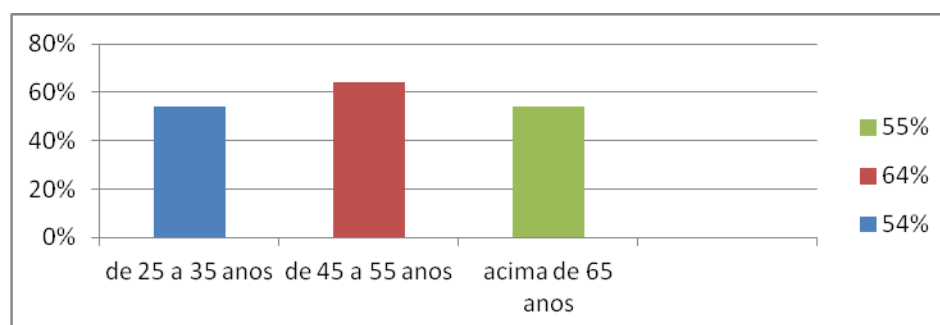
Faixa etária	Nº de oco./TOTAL	Frequência	Peso relativo
Faixa I (25 a 35 anos)	437/800	54,6%	0.482
Faixa II (45 a 55 anos)	513/800	64,1%	0.545
Faixa III (mais de 65 anos)	436/800	54,5%	0.473
TOTAL	1386/2400	57,8%	- - -

Fonte: Dados analisados pela autora

A partir da análise das variáveis sociais, busca-se definir o quadro de variação observado na comunidade de fala nos termos da dicotomia entre variação estável e mudança em progresso. Na primeira situação, conclui-se que o quadro de variação tende a se manter ainda por um longo período, já que não se verifica uma tendência de predominância de uma variante linguística sobre a(s) outra(s). Já a mudança em progresso implica que a variação caminha para a sua resolução em favor de uma das variantes identificadas, que deve se generalizar, tornando-se o seu uso possivelmente categórico dentro da comunidade de fala. Nesse quadro, a(s) outra(s) variante(s) tenderia(m) a cair em desuso.

Como pode ser visto na tabela 7, os índices de sujeitos plenos são mais altos para os falantes da *Faixa II* (frequência de 64,1% e peso relativo de 0.545), considerando que este é ainda um peso leve. Esses resultados podem ser compreendidos como uma *variação estável*. O gráfico abaixo ilustra de forma mais clara esse processo de variação:

Gráfico 2: A Realização do Sujeito Pronominal, segundo a faixa etária dos informantes da zona urbana do Estado da Bahia em frequência



Fonte: Dados recolhidos pela autora

Embora esses resultados apontem para uma *variação estável* é importante salientar que eles não devem ser tomados como verdade absoluta, constituindo inferências. Os dados obtidos fundamentam esse diagnóstico, entretanto, só com o passar do tempo, poderá se afirmar se a tendência foi mesmo confirmada.

4.4 VARIÁVEIS NÃO SELECIONADAS PELO GOLDVARBX COMO ESTATISTICAMENTE RELEVANTES PARA A REALIZAÇÃO DO SUJEITO PRONOMINAL

4.4.1 Variável explanatória

4.4.1.1 Desinência Verbal

Apesar de não terem sido selecionadas pelo programa, essas quatro variáveis apresentaram aspectos relevantes e, por isso, foram incluídas no trabalho.

Uma primeira variável importante foi a Desinência número-pessoal do verbo.

(i) Ø terceira pessoa do singular:

Ficava de manhã aqui. (CAJ, 01)

(ii) -o / -ei formas irregulares diferentes da terceira pessoa:

Eu fui trabalhá lá. (CAJ, 01)

(iii) -mos +pessoa + plural:

Nós viemo se embora. (CAJ, 01)

(iv) -m –pessoa +plural:

Se eles me aceitam aqui hoje. (CAJ, 01)

Tabela 8 – Realização do sujeito pronominal no português popular de Salvador, segundo a variável *Desinência número-pessoal do verbo*

Desinência Verbal	Nº de oco./TOTAL	Frequência
-o / -ei	874/1524	57,3%
Ø	314/538	58,4%
-m	27/45	60,0%
-mos	4/7	57,1%
Tempo composto ou formas nominais	/	/
TOTAL	1219/2114	57,7%

Fonte: Dados analisados pela autora

Na tabela 8, aparecem o morfema de 1ª pessoa do plural (–mos), com frequência de 57,1% e o morfema de 3ª pessoa do plural (–m), com frequência de 60% - a maior de todas. Esses resultados podem ser explicados a partir da hipótese de que, no primeiro caso do morfema (-mos) haja um maior preenchimento por razões mais formais nas quais o morfema foi utilizado com o pronome *nós*. E, no segundo caso, para diferenciar a terceira pessoa do plural ao sujeito indeterminado, visto que, apesar de não selecionado, essa variável foi considerada.

Finalmente, observando os resultados da tabela 8, percebe-se que a ausência de morfemas, bem como a presença de morfemas de 1ª pessoa do singular (–o, –ei) situam-se num patamar de resultados próximos. Com relação à ausência de morfemas, esperava-se mesmo encontrar índices mais elevados de sujeitos plenos, uma vez que, nesse caso, a identificação do sujeito não pode ser realizada através da desinência verbal.

4.4.2 Variáveis Sociais

4.4.2.1 Sexo

No que tange aos usos de formas linguísticas, a variável sexo tem mostrado que homens e mulheres não se comportam de igual forma e, por isso, ela tem um espaço importante nas análises sociolinguísticas.

Um dos cuidados que se deve ter ao tratar dessa variável diz respeito às afirmações apriorísticas, como “as mulheres são inovadoras”, uma vez que tais generalizações dependem

de diversas condições, tais como: o tipo de fenômeno estudado, a localidade onde essas mulheres moram e, sobretudo, do papel específico que cabe às mulheres em cada contexto sócio-histórico-cultural específico. Desse modo, a análise da variável sexo torna-se mais produtiva quando correlacionada a outros fatores, como a realidade sociocultural, a forma de organização social e o papel desempenhado pelo indivíduo dentro da sociedade.

A análise quantitativa dos dados pode ser vista na tabela a seguir:

Tabela 9 – Realização do sujeito pronominal no português popular de Salvador, segundo a variável *Sexo*

Sexo	Nº de oco./TOTAL	Frequência
Feminino	694/1200	57,8%
Masculino	692/1200	57,7%
TOTAL	1386/2400	57,8%

Fonte: Dados analisados pela autora

Como visto, ambos fatores registraram uma frequência muito próxima: as mulheres com 57,8% e os homens com 57,7%, o que demonstra um ponto de neutralidade entre ambas variantes.

4.4.2.2 Escolaridade

Escolaridade é uma variável que se baseia no pressuposto da correlação entre o nível de escolarização e o uso de variáveis de prestígio. O acesso à escola, neste caso, atuaria em prol de formas linguísticas de prestígio, coibindo, por outro lado, o uso de variantes menos prestigiadas ou estigmatizadas do ponto de vista social. Esse quadro relaciona-se com o papel da instituição de defender o uso de uma norma padrão da língua (conhecido como “português correto”), baseada em sua modalidade escrita, o que deixa de lado, na maior parte das vezes, a fala, mais suscetível aos processos de variação e mudança.

Assim como na variável sexo, no estudo da influência da escolaridade, deve-se considerar a realidade sociocultural da comunidade e a pesquisa em questão permitiu uma análise dos fatores analfabeto e semianalfabeto.

Os resultados obtidos para essa variável podem ser vistos na tabela a seguir:

Tabela 10 – Realização do sujeito pronominal no português popular de Salvador, segundo a variável *Escolaridade*

Escolaridade	Nº de oco./TOTAL	Frequência
Semianalfabeto	1220/2100	58,1%
Analfabeto	166/300	55,3%
TOTAL	1386/2400	57,8%

Fonte: Dados analisados pela autora

Os dados mostram que os falantes semianalfabetos são mais favoráveis ao uso do sujeito preenchido do que os analfabetos, com frequências de 58% e 55%, respectivamente. Esse resultado vai de encontro à hipótese de que os informantes semianalfabetos tendem a usar mais sujeitos nulos, em virtude de, no seu contato (ainda que pequeno) com o universo do letramento, terem incrementado o uso dos morfemas de concordância verbal, que permitem a recuperação do referente do sujeito.

Contudo, para explicar a inversão do resultado, pode-se observar que, do ponto de vista da avaliação social, a influência do processo de escolarização sobre o fenômeno estudado seria pouca. Além disso, a diferença de comportamento entre os dois grupos de informantes não é muito significativa, podendo ser observado na pequena diferença percentual.

4.4.2.3 Estada fora da comunidade

A variável *estada fora da comunidade* tem se mostrado relevante na análise de alguns aspectos do português popular. Ela se justifica na medida em que pretende observar se os padrões exógenos exercem alguma influência no comportamento linguístico de uma dada comunidade de fala, favorecendo o uso das formas dos grandes centros urbanos.

O processamento quantitativo dos dados pode ser observado na tabela a seguir:

Tabela 11 – Realização do sujeito pronominal no português popular de Salvador, segundo a variável *Estada fora da comunidade*

Estada fora da comunidade	Nº de oco./TOTAL	Frequência
Não	964/1700	56,7%
Sim	422/700	60,3%
TOTAL	1386/2400	57,8%

Fonte: Dados analisados pela autora

Os informantes que já viveram fora da comunidade por no mínimo 06 meses favorecem mais o preenchimento do sujeito do que aqueles que nunca saíram (frequência de 60,3% contra 56,7%). Esses dados não confirmam a hipótese inicial de que as influências externas, em especial o contato com as normas dos grandes centros urbanos, teriam um importante papel no incremento de sujeitos nulos, com os falantes que já saíram da comunidade sendo mais refratários ao uso da variante plena. Tal situação ilustra o fato acima mencionado de que, para este tipo de fenômeno, o quadro social não é muito nítido, havendo a necessidade de maiores estudos para esclarecer a situação.

4.4.2.4 Localidade

De suma importância para a análise, a variável *localidade* permite observar como um fenômeno linguístico se comporta em diferentes comunidades e até mesmo em realidades sociais diversas dentro de um mesmo espaço geográfico.

Assim, os resultados encontrados aparecem na tabela a seguir:

Tabela 12 – Realização do sujeito pronominal no português popular de Salvador, segundo a variável *Localidade*

Localidade	Nº de oco./TOTAL	Frequência
Liberdade	339/600	56,5%
Itapuã	345/600	57,5%
Plataforma	351/600	58,5%
Cajazeiras	351/600	58,5%
TOTAL	1386/2400	57,8%

Fonte: Dados analisados pela autora

Analisando as comunidades, percebe-se que Cajazeiras e Plataforma apresentam maiores índices de sujeitos preenchidos do que as demais, com frequência de 58,5. Para explicar estes resultados, pode-se recorrer às características de cada comunidade. O bairro da Liberdade é o bairro popular mais tradicional da cidade, ele é muito próximo ao centro de Salvador; o bairro de Itapuã é um dos mais antigos da orla marítima de Salvador, tradicionalmente ligado à atividade pesqueira; o bairro de Plataforma faz parte da tradicional zona suburbana da cidade, que concentrava a sua população operária; e, finalmente, o bairro de Cajazeiras é um dos mais populosos da cidade, mas também o mais novo. Esperava-se,

assim, que o bairro de Cajazeiras, por ser o mais novo das comunidades estudadas, fosse o bairro com mais sujeito nulo do que realizado, o que não aconteceu.

Dessa forma, o resultado das comunidades não se mostra muito claro. Esperava-se que a comunidade da Liberdade apresentasse os maiores índices de sujeitos preenchidos pelo fato de os maiores reflexos do contato linguístico serem sentidos por ela, havendo uma perda acentuada de morfologia verbal com consequente incremento na lexicalização do sujeito. Desse modo, o uso do sujeito pleno deveria seguir o *continuum*: Liberdade, Itapuã, Plataforma e Cajazeiras, o que não foi verificado.

Analisando, contudo, o bairro de Cajazeiras que, apesar de obter a mesma frequência de Plataforma, deu um resultado inverso do esperado, pode-se afirmar que ele é caracterizado por reunir populações de diferentes origens, oriundas do interior do Estado e também de outros bairros populares. Sabendo que o padrão dos resultados do interior e bairros populares de acordo com as pesquisas no âmbito do Projeto Vertentes (SOUSA, 2010) é de maior realização do sujeito, o dado estatístico de maior preenchimento é compreendido. Contudo, a proximidade das porcentagens, ou, ainda, a interferência do mecanismo Sintagma Nominal como fator de recuperação do referente do sujeito nulo podem ser apontados também para explicar esse quadro pouco nítido.

Nesse capítulo foi possível obter alguns importantes resultados para elucidar o fenômeno da realização do sujeito pronominal, em Salvador. De acordo com o programa estatístico, houve maior preenchimento do Sujeito Pronominal com 57,8%. Os fatores linguísticos que favorecem o uso do fenômeno estudado são: *Pessoa do discurso; tipo de frase; referência anterior ao sujeito; localização do sujeito pronominal em relação ao antecedente da sentença; e presença de constituinte à esquerda do verbo*. E a única variável social selecionada foi a faixa etária, que resultou em uma variação estável.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como afirmou Bagno (2007), o estado da língua de forma real pode ser comparado às águas de um rio que nunca param de correr e se agitar. Na verdade, a variação e a mudança é que são o natural estado da língua. A linguagem oral está em constante transformação e variação e parte disso se dá por razões históricas do contato com outras línguas.

Sabe-se que o território brasileiro era caracterizado pela cultura e língua indígena. Contudo, essa realidade linguística foi alterada com o contato com o português do colonizador com as línguas africanas e as línguas de migração.

A população africana escravizada e seus descendentes, após chegarem ao Brasil, tiveram de aprender a língua portuguesa, na oralidade, sem normatização escolar, por meio de um processo denominado *transmissão linguística irregular* (LUCCHESI; BAXTER; RIBEIRO, 2009). Este processo diacrônico, com base em Baxter (1995), pode ser entendido como o processo histórico de contato massivo entre línguas, no qual a língua detentora do poder político é tida como modelo para as demais.

Assim, Lucchesi (2001) sugere que o português brasileiro é constituído pela norma culta e pela norma popular. Contudo, há uma interação social no Brasil que permite a comunicação natural entre falantes do português popular e do português culto, o que justifica a heterogeneidade social do português brasileiro.

A língua portuguesa, dessa maneira, na sua variante popular, deve as suas características simplificadoras, à forma como foi aprendida ao longo do período colonial, com um modelo defectivo. É um aspecto gramatical que pode ser visto tanto na modalidade popular quanto na culta é a realização do sujeito pronominal que pode ser preenchido ou nulo, e que norteou esta dissertação.

Sobre o fenômeno estudado, há línguas em que a realização do sujeito não é obrigatória, são as chamadas línguas de sujeito nulo (línguas *pro-drop*), e línguas que exigem o sujeito realizado. A explicação mais comum para as línguas que permitem a não realização do sujeito é a possibilidade de recuperá-lo através da flexão verbal, mas existe também a possibilidade de correferência com um elemento nominal, dentre outras hipóteses. Assim, pode se afirmar que este tema traz divergência entre os pesquisadores.

Nas línguas de contato mais radicais – pidgins, crioulos – e em processos de contato em geral, envolvendo o português, a morfologia verbal é praticamente não existente desde o início do contato, e quando está presente ela não é funcional, sendo, geralmente, incorporada

como uma parte fonológica da palavra, mas não tem valor gramatical. O que sim está presente é o sujeito pronominal. Portanto, nesse cenário, não é viável afirmar que a morfologia tem que cair para causar a fixação do pro-sujeito. É quase como se o pro-sujeito e o verbo sem morfologia estivessem lá desde o início da formação da L2 ou pidgin. É possível que essa seja a principal tendência que teria produzido as variedades populares rurais, no plano diacrônico.

Com o tempo, ou mesmo desde uma fase relativamente cedo, haveria contato entre variedades que quase não tinham morfologia verbal e variedades que a tinham. Portanto, a presença de alguma morfologia verbal com pro-drop em variedades populares seria possível desde sempre.

Assim, confirmando a hipótese de maior preenchimento do sujeito, o resultado da variável dependente apontou que, dos 2.400 dados coletados, 1386 apresentaram o sujeito pleno, o que corresponde a uma frequência de 57,8%; já a variante nula foi a opção utilizada em 1014 ocorrências, resultando em 42,2% do total.

Condicionando essa variação, um conjunto de variáveis linguísticas foram selecionadas pelo programa estatístico GoldVarb X. A primeira delas, em ordem de seleção, foi a *pessoa do discurso*. Nesta variável, as variantes que mais favoreceram a realização do sujeito pronominal foram: a 2ª pessoa do plural (você/ocês/cês) com frequência de 86,7% e peso relativo de 0.905, a 1ª pessoa do plural (nós/ a gente) com frequência de 69,3% e peso relativo de 0.613, a 3ª pessoa do singular (ele/ ela) com frequência de 60,8% e peso relativo de 0.555 e a 2ª pessoa do singular (tu/ você) com frequência de 51,4% e peso relativo de 0.545.

Tipo de frase foi a segunda selecionada e a variante com maior favorecimento da lexicalização do sujeito é a *Resposta a uma pergunta QW* que obteve 0.542 de peso relativo e uma frequência de 63,5%. É importante salientar que esse peso é apenas um favorecimento marginal/bem leve e não muito distante da neutralidade. O menor preenchimento do sujeito para estas perguntas O que/Onde/Quando, seria explicado pelo fato de que o sujeito pronominal já vem, geralmente, explícito na pergunta. Porém, este resultado possa ser dado mediante ao natural preenchimento do sujeito no início da sentença e, normalmente, esse tipo de pergunta necessita de uma resposta com sujeito no começo.

A terceira variável linguística selecionada foi *Referência anterior ao sujeito*. De acordo com os resultados, a escolha do *Pronome* é o contexto mais favorável à lexicalização do sujeito, com frequência de 59,9% e peso relativo de .566. Contudo, este favorecimento é moderado e não é uma tendência forte. Pode-se afirmar dentro desta esfera que, na maior

parte dos casos, quando há preenchimento do sujeito por um pronome, este pronome é novamente mencionado. Talvez isto se dê ao fato de o operador ser um pronome e não um nome e por tal razão deva ser lembrado da mesma maneira o termo a que se refere o sujeito.

A *Localização do sujeito pronominal em relação ao antecedente da sentença* também apresentou resultados relevantes. As orações relativas são as mais favoráveis ao preenchimento do sujeito, com frequência de 88,9% e peso relativo de 0.817. Esse comportamento já havia sido apontado por Duarte (1995). Analisando uma amostra do PE, ela observou que este é o único contexto em que os índices de sujeitos plenos superam os de sujeitos nulos: 70 % vs. 30% na 1ª pessoa e 61% vs. 39% na 3ª pessoa (p. 132). Na sua análise do PB, a preferência pelos sujeitos plenos nas relativas também foi verificada, tendo sido encontrados apenas 7% de sujeitos nulos (p. 59). Estas comparações entre o PE e o PB apontam apenas para a escolha de determinada variante linguística como mais favorável na realização do sujeito pronominal em ambas localidades.

E a última variável linguística selecionada foi *Presença de constituinte à esquerda do verbo*. O contexto mais favorável ao preenchimento do sujeito é a presença de palavra QU-, com frequência de 90% e peso relativo de 0.889. Em seguida, o próximo fator mais favorável é a presença de constituinte adverbial, que registra uma frequência de 77,6% e peso relativo de 0.638.

Sobre as variáveis sociais, é possível pensar que, no caso de *escolaridade* ou *estada fora da comunidade*, seja pelo fato do fenômeno da realização do sujeito pronominal não ser marcado por um julgamento social explícito, o uso das variantes nula ou plena do sujeito não carrega consigo avaliações do ponto de vista social, no sentido de haver uma variante de prestígio que deve ser usada em detrimento de outra, estigmatizada.

Assim, a única variável social selecionada foi a faixa etária. A variável possui os índices de sujeitos plenos mais altos para os falantes da *Faixa II* (frequência de 64,1% e peso relativo de 0.545), considerando que este é ainda um peso leve. Esses resultados podem ser compreendidos como uma *variação estável*.

E, para finalizar, não obstante o grande número de estudos sobre o tema, como já visto anteriormente na gramática normativa, no português popular do interior da Bahia, no português afro-brasileiro, dentre outros, é possível afirmar que ainda não foi esclarecido como se configura a realização do sujeito pronominal no português popular de Salvador. Desta forma, o estudo adquire certa relevância, no sentido de enriquecer as discussões correntes sobre o tema proposto e trazer contribuições para o entendimento da realidade linguística brasileira.

REFERÊNCIAS

ANTONINO, Vivian. **A concordância nominal em predicativos do sujeito e em estruturas passivas no português popular do interior do estado da Bahia**. 2007. Tese (Doutorado em Letras e Linguística) - Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2007.

APEB. **Coleção de Leis e Resoluções da Assembléia Legislativa Provincial da Bahia**. Salvador: Tipografia Antônio Olavo da França Gama, 1825.

_____. **Coleção de Leis e Resoluções da Assembléia Legislativ Provincial da Bahia**. Salvador: Tipografia Antônio Olavo da França Gama, 1834.

BAGNO, Marcos. **Nada na língua é por acaso: por uma pedagogia da variação linguística**. São Paulo: Parábola Editorial, 2007.

BASTOS, Maria Helena C. A instrução pública e o ensino mútuo no Brasil: uma história pouco conhecida (1808-1827). **História da Educação**. ASPHE/FaE/UFPel, Pelotas (1): 155 - 133, abr. 1997.

_____; FARIA FILHO, Luciano Mendes de. (Org.) **A escola elementar no século XIX: o método monitorial/mútuo**. Passo Fundo: Ediupf, 1999. p. 97 -102.

BAXTER, Alan N. Línguas pidgin e crioulas. In: Duarte, I.; A. Mota. et al. (Org.), **Introdução à Linguística Geral e Portuguesa**. Lisboa: Caminho, 1996. p. 535-549.

_____. Transmissão Geracional Irregular na História do Português Brasileiro - divergências nas vertentes afro-brasileiras. **Revista Internacional de Língua Portuguesa**. v. 14, p. 72-90, 1995.

BECHARA, Evanildo. **Moderna Gramática Portuguesa**. 37. ed. Rio de Janeiro: Lucerna, 2001.

BÍBLIA. Romanos. In: BÍBLIA. Português. **Bíblia sagrada**: contendo o antigo e o novo testamento. Tradução de Emerson Justino e Marcelo Siqueira. São Paulo: Editora Vida, 2005. p.1140.

BORTONI-RICARDO, S. M. **Nós chegemu na escola, e agora? Sociolinguística na sala de aula**. São Paulo: Parábola Editorial, 2005.

CARDOSO, Suzana. **Geolinguística: tradição e modernidade**. São Paulo: Parábola, 2010.

_____. Língua: meio de opressão ou de socialização. In: FERREIRA, Carlota. et al. **Diversidade do português do Brasil: estudos de dialectologia rural e outros**. 2.ed. rev. e ampl. Salvador: Centro Editorial e Didático da UFBA, 1994. p. 229-233.

CASTILHO, Ataliba T. de. **Nova Gramática do Português Brasileiro**. São Paulo: Editora Contexto, 2010.

_____. O que se entende por língua e linguagem?. In: TERRA, Ernani. **Linguagem, língua e fala**. São Paulo: Scipione, 2005.

CHOMSKY, Noam. **Specification of empty categories**. In: _____. Lectures on Government and Binding: the Pisa Lectures. Dordrecht, Holland: Foris Publications, 1981. p. 231-284.

COLEÇÃO das Leis do Império do Brasil de 1832 – Parte 1ª - **Atos do Poder Legislativo**. Rio de Janeiro: Tipografia Nacional, 1874 p. 6.

COSERIU, Eugênio. **Sincronia, diacronia e história: o problema da mudança linguística**. Tradução: Carlos Alberto da Fonseca e Mário Ferreira. Rio de Janeiro: Presença, 1979 [1921].

CUNHA, Celso; CINTRA, L. F. Lindley. **nova gramática do português contemporâneo**. 4 ed. Rio de Janeiro: Lexikon Editora Digital, 2007. p. 289-297.

D'ALESSANDRO, Roberta. **The Null Subject Parameter - Where are we and where are we headed?** MS. Leiden University Centre for Linguistics, July, 2014.

DUARTE, Maria Eugênia Lamoglia. **A perda do princípio “Evite pronome” no português brasileiro**. 1995. Tese (Doutorado em Língua Portuguesa) – Faculdade de Letras, Universidade Estadual de Campinas, São Paulo, 1995.

FERNÁNDEZ, Francisco Moreno. **Principios de sociolingüística y sociología del lenguaje**. Barcelona: Editorial Ariel, 1998.

FIGUEIREDO SILVA, M. C. **A posição sujeito no Português Brasileiro: frases finitas e infinitivas**. Campinas: Editora da UNICAMP, 1996. p. 1-140. Originalmente apresentada como tese de doutorado, Universidade de Genebra, 1994.

GUY, Gregory. A identidade linguística da comunidade de fala: paralelismo interdialetoal nos padrões linguísticos. **Organon**, v. 14 (28-9), 17-32, 2000.

HOLMBERG, Anders; NAYADU, Aarti; SHEEHAN, Michelle. Three partial null-subject languages: a comparison of Brazilian Portuguese, Finnish and Marathi. **Studia Linguistica**, v. 63, p. 59–97, 2009.

IBGE. **Brasil em Síntese** (Salvador). Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/v4/brasil/ba/salvador/panorama>>. Acesso em: 20 de dez. de 2016.

ILARI, R.; BASSO, R. **O português da gente: A língua que estudamos, a língua que falamos**. São Paulo: Contexto, 2009, p. 114-115.

JESUS, Gracielle B. **A Indeterminação do sujeito no Português Popular de Salvador**. 2017. 115f. Dissertação (Mestrado em Língua e Cultura) – Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2017.

KATO, Mary A. et al. O português brasileiro no fim do século XIX e na virada do milênio. In: CARDOSO, Suzana; MOTA, Jacyra; MATOS e SILVA, Rosa Virgínia (Org.). **Quinhentos Anos de História Lingüística do Brasil**. Salvador: Secretaria da Cultura e Turismo do Estado da Bahia. Salvador: Secretaria da Cultura e do Turismo do Estado da Bahia, 2006. p. 413-438.

LABOV, William. **Padrões Sociolinguísticos**. Tradução: Marcos Bagno, Maria Marta Scherre e Caroline Rodrigues Cardoso. São Paulo: Parábola, 2008 [1972].

_____. **Principles of Linguistic Change**. Oxford/Cambridge: Blackwell, 1994.

_____. **Sociolinguistic Patterns**. Philadelphia: University of Pennsylvania Press. [Padrões Sociolinguísticos. Trad.: Marcos Bagno; Marta Scherre e Caroline Cardoso. São Paulo: Parábola, 2008 [1972].

LIMA, Lanuza; ALMEIDA, Luanda. **Itapuã**. Disponível em: <www.vertentes.ufba.br> Acesso em: 15 de nov. de 2016.

LUCCHESI, Dante . **Sistema, Mudança e Linguagem**. São Paulo: Parábola, 2004.

_____. As duas grandes vertentes da história sociolinguística do Brasil. **DELTA**, São Paulo, v.17, n.1, p.97-130, 2001.

_____. Contato entre línguas e variação paramétrica: o sujeito nulo no português afro-brasileiro. *Lingua(gem)*, **Macapá**, v.1, n.2, p.63-92, 2004.

_____. **Língua e sociedade partidas: a polarização sociolinguística do Brasil**. São Paulo: Contexto, 2015.

_____. Norma Linguística e Realidade Social. In: BAGNO, Marcos (Org.). **Linguística da Norma**. São Paulo: Loyola, p. 63-92, 2002.

_____. O conceito de transmissão lingüística irregular e o processo de formação do português do Brasil. In: RONCARATI, Cláudia (Org.). **Português Brasileiro**. Rio de Janeiro: Viveiros de Castro Editora, 2003. p. 272-283.

_____; BAXTER, Alan; RIBEIRO, Ilza (Org.). **O português afro-brasileiro**. Salvador: EDUFBA, 2009.

MACAMBYRA, Renata e BANDEIRA, Manuela. **Liberdade**. Disponível em: <www.vertentes.ufba.br>. Acesso em: 15 de nov. de 2016.

MATEUS, Maria Helena Mira. **Unidade e diversidade da língua portuguesa**. In: _____. A face exposta da língua portuguesa. Lisboa: IN-CM, 2002.

MATTOS E SILVA, Rosa Virgínia. **“O português são dois...”: novas fronteiras, velhos problemas**. São Paulo: Parábola, 2004a.

_____. **O português aracaico: morfologia e sintaxe**. São Paulo: Contexto, 1993.

_____. Português brasileiro: raízes e trajetórias. In: _____. **Ensaio para uma sócio-história do português brasileiro**. São Paulo: Parábola, 2004b.

_____. Uma interpretação para a generalizada difusão da língua portuguesa no território brasileiro. In: _____. **Ensaio para uma sócio-história do português brasileiro**. São Paulo: Parábola, 2004c.

MENDES, Elisângela dos Passos. **Plataforma**. Disponível em: www.vertentes.ufba.br. Acesso em: 15 de nov. de 2016.

MOLLICA, Cecília. Fundamentação teórica: conceituação e delimitação. In: MOLLICA, Cecília; BRAGA, Maria Luiza (Org.). **Introdução à Sociolinguística: o tratamento da variação**. São Paulo: Contexto, 2003. p. 9-14.

NARO, Anthony Julius. O dinamismo das línguas. In: MOLLICA, M. C. M.; BRAGA, M. L. (Org.). **Introdução à sociolinguística: o tratamento da variação**. São Paulo: Contexto, 2003. v. 1. p. 43-50.

_____.; SCHERRE, Maria Marta Pereira (Org.). **Garimpo das origens do português brasileiro**. São Paulo: Parábola Editorial, 2007.

NUNES, Antonietta D'Aguiar. A educação na Bahia imperial (1823 – 1889). In: LUZ, José Augusto; SILVA, José Carlos (Org.). **História da Educação na Bahia**. Salvador: Editora Arcádia, 2008. p. 121-159.

_____. **O Marquês de Pombal e suas reformas no ensino**. R IGHB, Bahia, Salvador, v. 101, p. 71-94, 2006.

O PROJETO Vertentes do Português Popular do Estado da Bahia. Disponível em: <<http://www.vertentes.ufba.br>>. Acesso em: 10 abr. 2017.

PETTER, Margarida Maria Taddoni. Línguas Africanas no Brasil. In: CARDOSO, Suzana; MOTA, Jacyra; MATOS e SILVA, Rosa Virgínia (Org.). **Quinhentos Anos de História Lingüística do Brasil**. Salvador: Secretaria da Cultura e Turismo do Estado da Bahia, 2006. p. 17-142.

PORTELLA, João Alves. **Ensino Simultaneo**. Bahia: TYP. De Camillo de Lellis Masson & G., 1868.

ROCHA LIMA, Carlos Henrique da. **Gramática normativa da língua portuguesa**. 38 ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1972.

SANTOS, Lanuza L. **A ordem Verbo-sujeito: Uma análise sociolinguística da fala popular do interior do estado da Bahia**. 2010. 129f. Dissertação (Mestrado em Letras e Linguística) – Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2010.

SCHERRE, Marta; NARO, Anthony. Duas dimensões do paralelismo formal na concordância verbal no português popular do Brasil. D.E.L.T.A. – **Revista de Documentação de Estudos em Linguística Teórica e Aplicada**, São Paulo, v. 9, n. 1, p. 1-14, 1993.

SILVA, José Carlos de Araújo. O ensino mútuo e o ensino simultâneo na Província da Bahia: cotidiano e trabalho docente. In: Luz, José Augusto; SILVA, José Carlos (Org.). **História da educação na Bahia**. Salvador: Arcádia. 2008. p 51-78.

SILVA, M. B. da. A escola, a gramática e a norma. In: BAGNO, M. (Org.). **Linguística da Norma**. São Paulo: Loyola, 2002. p. 253-265.

SOUSA, S. F. **O parâmetro do sujeito nulo no português popular do interior do Estado da Bahia**. 2010. 86f. Bacharelado (Bacharelado em Letras Vernáculas) – Instituto de Letras, Universidade Federal da Bahia, Salvador. 2010.

STEPHANOU, Maria; BASTOS, Maria Helena C. (Org.). **Histórias e memórias da educação no Brasil**. Vol. II: século XIX. Petrópolis-RJ: Vozes, 2005. p. 36.

TARALLO, Fernando. **A pesquisa sociolinguística**. São Paulo: Ática, 1985.

TAVARES, Luis Henrique Dias. **Fontes para o estudo da educação no Brasil**. 2. ed. Salvador: Editora da Universidade do Estado da Bahia – UNEB, 2001. p. 28.

TOURINHO, Cleber; ANTONINO, Vivian. **Cajazeiras**. Disponível em: <www.vertentes.ufba.br>. Acesso em: 15 de nov. de 2016.

VOTRE, Sebastião José. Relevância da variável escolaridade. In: MOLLICA, Maria Cecília; BRAGA, Maria Luiza (Org.). **Introdução à Sociolinguística: o tratamento da variação**. 3. ed. São Paulo: Contexto, 2003, p. 51-58.

WEINREICH, Weinreich; LABOV, William; HERZOG, Marvin. Empirical Foundations for Theory of Language Change. In: LEHMANN, Paul; MALKIEL, Yakov. (Org.). **Directions for Historical Linguistics**. Austin: University of Texas Press: 95-188. [Fundamentos empíricos para uma teoria da mudança linguística. Trad.: Marcos Bagno; revisão técnica: Carlos Alberto Faraco. São Paulo: Parábola, 2006] (1968).

WINFORD, Don. **An introduction to contact linguistics**. Oxford: Blackwell, 2003.